

**CAPA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 - SRP Nº 009/2026**

**Processo Administrativo Nº 047/2026**

**CONTRATANTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA

**OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

SIGILOSO

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 01 de Julho de 2026, às 10h30 (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

MENOR PREÇO POR LOTE

**MODO DE DISPUTA**

ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

## **Sumário**

1. Do Objeto
2. Do Orçamento Estimado
3. Da Participação da Licitação
4. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
5. Do Preenchimento da Proposta
6. Da Abertura da Sessão, Análise da Habilitação, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
7. Da Fase de Julgamento
8. Dos Documentos Complementares e Disposições da Habilitação
9. Da Ata de Registro de Preços
10. Dos Recursos
11. Das Infrações Administrativas e Sanções
12. Da Impugnação ao Edital e do pedido de Esclarecimento
13. Das Disposições Gerais
14. Do Foro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

**SRP Nº 009/2026**

**Processo Administrativo nº 047/2026**

**1. DO OBJETO**

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE BORBA/AM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.477.568/0001-59, por intermédio da Prefeitura Municipal de Borba/AM, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O objeto da presente licitação consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A presente licitação será realizada por LOTES, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

2.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

2.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

2.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema LICITANET – Licitações Online no sítio: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no sistema até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais junto ao sistema eletrônico utilizado na presente licitação, devendo proceder imediatamente às correções necessárias sempre que identificar inconsistências ou desatualizações.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não haverá tratamento favorecido, diferenciado ou simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais na presente contratação, considerando a natureza do objeto, a necessidade de fornecimento contínuo e imediato, a essencialidade dos serviços públicos atendidos e a necessidade de preservação da competitividade e economicidade do certame, nos termos do artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Municipal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.7.12. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.7.13. Empresas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública;

- 3.7.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução contratual agente público da Administração Municipal, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação aplicável e do §1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração Municipal e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, execução da licitação ou gestão contratual, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Administração Municipal.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico ou executivo, nas contratações integradas e semi-integradas, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica integrante do rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica à Administração Municipal.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá obrigatoriamente as fases de classificação das propostas, julgamento e formulação de lances, nos termos do artigo 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A inversão das fases procedimentais, com antecedência da habilitação em relação à fase competitiva, é adotada pela Administração Municipal em razão da complexidade operacional da contratação, necessidade de segurança procedimental, eficiência administrativa e racionalização da fase competitiva, nos termos do artigo 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, exclusivamente para fins cadastrais e de enquadramento empresarial, não se aplicando, nesta contratação, os benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme disposto no item 3.6 deste Edital.

4.7. A falsidade das declarações previstas nos itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico até a abertura da sessão pública.

4.9. A análise da documentação de habilitação ocorrerá previamente à classificação das propostas e à fase competitiva de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos relativos à habilitação e às propostas dos licitantes, observadas as regras do sistema eletrônico e da legislação aplicável.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. Todos os documentos integrantes da proposta comercial, incluindo proposta inicial, proposta readequada, planilhas, declarações e demais anexos apresentados pela licitante, deverão estar devidamente assinados pelo representante legal da empresa, admitida assinatura eletrônica mediante certificação digital válida ou mecanismo eletrônico de autenticação verificável, nos termos da legislação vigente.

4.17. A proposta readequada ao lance vencedor deverá ser apresentada devidamente assinada pelo representante legal da empresa licitante.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. O valor unitário e total ofertado para o item;

5.1.2. Marca dos produtos ofertados, quando aplicável;

5.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação constante no Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, modelo, prazo de validade, procedência e demais características pertinentes aos produtos ofertados.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Os combustíveis ofertados deverão atender integralmente às especificações e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

5.4. Os lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo deverão possuir qualidade compatível com as recomendações técnicas dos fabricantes dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos pertencentes à Administração Municipal.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros,

armazenamento, transporte, descarregamento e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução contratual.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública.

5.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento integral das disposições nela contidas, em conformidade com este Edital, Termo de Referência e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos e condições.

5.9. O licitante deverá observar rigorosamente os quantitativos, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, não sendo admitidas propostas contendo especificações divergentes, insuficientes ou incompatíveis com o objeto licitado.

5.10. Os quantitativos constantes neste procedimento possuem caráter estimativo, não obrigando a Administração Municipal à contratação integral dos quantitativos registrados.

5.11. Os quantitativos registrados poderão sofrer remanejamentos entre os órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade administrativa devidamente justificada, observadas as disposições constantes no Termo de Referência e legislação aplicável.

5.12. O descumprimento das regras estabelecidas neste Edital poderá ensejar a desclassificação da proposta e aplicação das penalidades cabíveis.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, ANÁLISE DA HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Inicialmente, será realizada a análise da documentação de habilitação dos licitantes participantes, verificando-se o atendimento das exigências previstas neste Edital e seus anexos.

6.3. A fase de habilitação antecederá obrigatoriamente a fase de classificação das propostas e eventual etapa de lances, de modo que somente participarão das etapas subsequentes os licitantes previamente habilitados.

- 6.4. A decisão quanto à habilitação será fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.
- 6.5. Concluída a fase de habilitação, o sistema eletrônico promoverá a classificação das propostas apresentadas pelos licitantes habilitados.
- 6.6. Somente as propostas classificadas dos licitantes habilitados participarão da fase competitiva de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.8. Encerrada a fase de habilitação e iniciada a etapa competitiva, os licitantes habilitados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado pelo MENOR PREÇO POR LOTE.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.
- 6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser definido pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.
- 6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado neste Edital.
- 6.15. Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas pelo sistema eletrônico.
- 6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial fixada pelo sistema eletrônico e será prorrogada automaticamente quando houver lance ofertado nos minutos finais da disputa, na forma operacional definida pelo sistema eletrônico.
- 6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.18. No procedimento de que trata o subitem anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.

6.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema eletrônico ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.20. Definida a melhor proposta, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

6.21. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração Municipal.

6.22. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24. Após o encerramento dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema eletrônico ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.25. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.26. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.27. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.

6.28. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.29. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.30. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

6.31. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

- 6.31.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.31.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros oficiais de desempenho contratual, atestados e documentos comprobatórios emitidos por órgãos públicos ou entidades contratantes;
- 6.31.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- 6.31.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.32. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.32.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Amazonas;
- 6.32.2. Empresas brasileiras;
- 6.32.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.32.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.
- 6.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar dentre os licitantes previamente habilitados, quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação.
- 6.34. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que, no prazo estabelecido no sistema eletrônico, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada exclusivamente dos documentos complementares eventualmente necessários à confirmação das informações já apresentadas.
- 6.35. Deverá ser apresentada Proposta de Preços conforme modelo constante nos anexos deste Edital.
- 6.36. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no sistema eletrônico pelo licitante, antes de findo o prazo inicialmente concedido.
- 6.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a análise de aceitabilidade da proposta e julgamento.

6.38. O Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos adicionais, documentos complementares, planilhas, fichas técnicas, catálogos, certificados ou quaisquer outros elementos necessários à análise da aceitabilidade da proposta apresentada.

6.39. Caso o licitante não apresente os documentos complementares ou esclarecimentos solicitados no prazo estabelecido, poderá ser desclassificado.

6.40. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências deste Edital.

6.40.1. Todos os atos praticados durante a sessão pública, inclusive habilitação, classificação, lances, negociações, diligências e decisões do Pregoeiro, serão registrados em ata circunstanciada no sistema eletrônico.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1 Encerrada a etapa competitiva e concluída a análise de aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro procederá ao julgamento final das propostas apresentadas pelos licitantes previamente habilitados, observados os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.

7.2. Como verificação complementar das condições de participação, o Pregoeiro poderá consultar cadastros públicos restritivos e bancos de dados oficiais em nome do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação.

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4. Caso sejam identificados indícios de ocorrência impeditiva, fraude, simulação societária ou tentativa de burla às regras de participação, o Pregoeiro poderá realizar diligências complementares para apuração dos fatos.

7.5. A verificação poderá ocorrer mediante análise de vínculos societários, coincidência de

endereços, compartilhamento operacional, similaridade de objetos sociais, atuação coordenada entre empresas ou quaisquer outros elementos que indiquem possível irregularidade.

7.6. O licitante será previamente convocado para manifestação e apresentação de esclarecimentos antes da eventual decisão de desclassificação ou inabilitação.

7.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será desclassificado por ausência de condição de participação válida.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios relativos de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, circunstância que será analisada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio em cada caso concreto.

7.10. A inexequibilidade somente será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta apresentada.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentar planilha adequada ao valor final da proposta vencedora, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço ofertado.



7.14. O ajuste de que trata o item anterior limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta apresentada.

7.15. Considera-se erro passível de correção a indicação equivocada de recolhimento de impostos e contribuições incompatíveis com o regime tributário da licitante.

7.16. O Pregoeiro poderá estabelecer prazo adicional para correção de erros formais no preenchimento da planilha, observando tratamento isonômico entre os licitantes em situação equivalente.

7.17. Caso o Termo de Referência exija apresentação de amostras, catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, licenças ou documentos complementares, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-los no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema eletrônico, será divulgado o local, data e horário para realização de eventual procedimento de avaliação de amostras, cuja presença será facultada aos interessados.

7.19. Os resultados das avaliações eventualmente realizadas serão divulgados por meio do sistema eletrônico.

7.20. No caso de não apresentação dos documentos complementares exigidos, ocorrência de atraso injustificado ou apresentação em desacordo com as especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta será recusada.

7.21. Se a proposta do primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro analisará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências editalícias.

7.22. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser exigida garantia de proposta quando prevista expressamente no Termo de Referência.

7.23. Para o presente certame não será exigida apresentação de amostras nem garantia de proposta.

## **8. DA HABILITAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

8.1. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, previamente apresentados pelos licitantes no sistema eletrônico e necessários para demonstrar a capacidade de execução do objeto licitado, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.



8.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, conforme exigências previstas neste Edital.

### **8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.3.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, limitando-se à comprovação da existência jurídica da pessoa e, quando cabível, da autorização para exercício da atividade a ser contratada.

8.3.2. Será exigida a seguinte documentação:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de suas alterações ou consolidação respectiva;
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada da prova de indicação dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, quando se tratar de sucursal, filial ou agência;
- f) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial competente;
- g) Documentos pessoais do(s) administrador(es) da empresa licitante.

### **8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.4.1. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

8.4.2. Será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Alvará de Funcionamento expedido pelo município da sede da empresa, em atividade compatível com o objeto licitado;
- b) Licença sanitária expedida pelo órgão competente da sede da licitante, quando aplicável;
- c) Certidão emitida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, comprovando autorização para funcionamento e comercialização dos produtos compatíveis com o objeto da contratação;
- d) Apresentação de, no mínimo, 03 (três) atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa

jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando fornecimento compatível com o objeto licitado;

- e) Os atestados deverão estar acompanhados das respectivas notas fiscais de fornecimento;
- f) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial da licitante;
- g) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser solicitados documentos complementares, contratos, endereços da contratante e demais informações pertinentes;
- h) Serão aceitos documentos equivalentes emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa.

## **8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.5.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante verificação dos seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- i) Declaração de inexistência de fato impeditivo à participação em licitação e contratação com a Administração Pública;
- j) Declaração de ausência de vínculo com a Administração Pública Municipal.

## **8.6. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.6.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

8.6.2. Será exigida a seguinte documentação:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- b) Termo de abertura e encerramento do livro diário;
- c) Notas explicativas das demonstrações contábeis;
- d) Certidão contábil devidamente assinada por contador legalmente habilitado, acompanhada do respectivo número de registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando o atendimento aos índices econômicos previstos neste Edital;
- e) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.6.2.1. Deverá o licitante apresentar certidão devidamente assinada por contador legalmente habilitado, acompanhada do respectivo número de registro no CRC, comprovando que os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) são iguais ou superiores a 1,00 (um inteiro).

8.6.2.2. Deverá o licitante apresentar certidão contábil devidamente assinada por contador legalmente habilitado, acompanhada do respectivo registro profissional válido perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando possuir Capital Circulante Líquido (CCL) correspondente a, no mínimo, 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado da contratação, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, conforme parâmetros estabelecidos neste Edital e legislação aplicável.

8.6.2.3. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil e representante legal da empresa, declarando expressamente possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da proposta, devidamente atualizado para esta data, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

8.6.2.4. Todas as certidões, declarações, índices e demonstrações contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo contador responsável e conter identificação do número de registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

8.6.3. Os documentos exigidos deverão comprovar:

- a) Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0;
- b) Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,0;
- c) Índice de Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1,0.

8.6.4. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial competente.

8.6.5. Os documentos contábeis deverão estar assinados pelo administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

## **8.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

8.7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, publicação oficial ou documento eletrônico válido na forma da legislação vigente.

8.7.2. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas.

8.7.4. Será exigida declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes.

8.7.5. Após a entrega dos documentos de habilitação não será permitida substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) saneamento de falhas formais que não alterem a substância dos documentos apresentados.

8.7.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada registrada em ata.

8.7.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro convocará o próximo licitante classificado, observada a ordem de classificação final da etapa competitiva.

8.7.8. Informando que todas documentações informadas sendo elas: proposta, habilitação jurídica, habilitação técnica, habilitações fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira, todas as páginas devem desta devidamente assinadas eletronicamente pelo seu certificado digital.

8.7.9. Serão inabilitados os licitantes que apresentarem documentos sem possibilidade de verificação de autenticidade, integridade ou validade jurídica, inclusive aqueles contendo assinaturas reprográficas, assinaturas eletrônicas não verificáveis ou documentos digitalizados sem mecanismo idôneo de validação.

8.7.10. Todos os documentos apresentados para fins de habilitação, inclusive declarações, propostas, planilhas, demonstrações contábeis, certidões, índices econômico-financeiros e documentos complementares, deverão possuir assinatura do representante legal da empresa e, quando cabível, do contador ou responsável técnico legalmente habilitado, acompanhado do respectivo registro profissional.

8.7.10.1. Cada folha integrante da documentação produzida pela própria licitante deverá estar devidamente assinada, rubricada ou autenticada eletronicamente pelo representante legal da empresa, quando aplicável, excetuando-se os documentos emitidos eletronicamente por órgãos oficiais, cuja autenticidade possa ser verificada mediante código, chave de acesso, QR Code ou mecanismo equivalente de validação.

8.7.11. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente mediante certificado digital válido, assinatura eletrônica gov.br, autenticação eletrônica verificável, QR Code, chave de validação ou outro mecanismo idôneo de verificação de autenticidade.

8.7.12. Serão desclassificados ou inabilitados os licitantes que apresentarem documentos sem assinatura obrigatória, sem possibilidade de verificação de autenticidade, integridade ou validade jurídica, ou que apresentem inconsistências capazes de comprometer sua análise.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

9.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.4. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelos órgãos participantes e, excepcionalmente, por órgãos ou entidades não participantes, mediante adesão, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

9.5. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, competindo-lhe:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) acompanhar os saldos registrados;
- c) autorizar adesões, quando cabíveis;
- d) aplicar penalidades decorrentes do descumprimento da Ata;
- e) promover revisões e cancelamentos, quando necessários.

9.6. Os órgãos participantes poderão realizar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços conforme suas necessidades administrativas, observados os quantitativos registrados.

9.7. Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.9. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, observada a ordem de classificação.

9.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer:

- a) a pedido do fornecedor, mediante justificativa aceita pela Administração;
- b) de ofício, quando:

- b.1) o fornecedor descumprir as condições da Ata;
- b.2) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- b.3) não aceitar reduzir o preço registrado;
- b.4) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b.5) houver razões de interesse público devidamente justificadas.

9.11. O cancelamento do registro de preços será formalizado mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.12. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada mediante emissão de nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento contratual equivalente, conforme necessidade da Administração Municipal.

9.13. O fornecedor registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

9.14. Os quantitativos registrados poderão ser remanejados pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, desde que haja anuência do órgão participante cedente e observados:

- a) o interesse público devidamente justificado;
- b) a manutenção das condições originalmente registradas;
- c) os limites quantitativos registrados na Ata;
- d) as disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023 e legislação aplicável.

9.15. O remanejamento de quantitativos não implicará acréscimo do quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços, limitando-se à redistribuição interna entre os órgãos participantes.

9.16. As regras relativas ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, adesão, revisão, alteração dos quantitativos, cancelamento e demais disposições específicas constam também no Termo de Referência e na minuta da Ata de Registro de Preços, anexos deste Edital.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. O direito de manifestação recursal poderá ser exercido após a fase de habilitação e após o julgamento final das propostas, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.



10.2. O prazo recursal será de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou por meios diversos do sistema eletrônico não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal junto à Prefeitura Municipal de Borba/AM.



## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:
  - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;
  - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - b.4) deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- c) apresentar proposta ou documentação em desacordo com as especificações do Edital;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a ata de registro de preços ou aceitar/retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- g) fraudar a licitação;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:
  - h.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - h.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - h.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação oficial.

11.5. Para as infrações previstas nos itens 11.1, alíneas “a” e “b”, a multa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

11.6. Para as infrações previstas nos itens 11.1, alíneas “c” a “j”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

11.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de sua intimação.

11.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas neste Edital, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.10. Poderá ser aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar nas hipóteses de prática das infrações graves previstas neste Edital, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços ou retirar instrumento equivalente caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

11.12. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e

contratar e declaração de inidoneidade demandará instauração de processo administrativo específico, observando-se o disposto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação.

11.14. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação da decisão.

11.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

11.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11.17. Apresentar documentação falsa, adulterada, inválida, sem autenticidade verificável ou contendo declaração inverídica durante a fase de habilitação sujeitará o licitante às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [coordplanejamentoborba@gmail.com](mailto:coordplanejamentoborba@gmail.com), até às 18h00min, observado o horário oficial de Brasília/DF.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou autoridade competente, nos autos do processo administrativo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame,

observados os prazos legais aplicáveis.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico utilizado para realização do certame.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

13.4. A adjudicação e homologação do certame ficarão a cargo da autoridade competente da Administração Municipal.

13.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em qualquer hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se os prazos apenas em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade e interesse público.

13.9.1. A Administração poderá realizar diligências, consultas eletrônicas, validações documentais, conferência de autenticidade e demais atos necessários à verificação da regularidade da documentação apresentada pelos licitantes.

13.10. Em caso de divergência entre as disposições constantes deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo administrativo, prevalecerão as disposições deste Edital.

13.11. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações

Públicas – PNCP e no sistema eletrônico LICITANET.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP;
- c) ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- d) ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- e) ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;
- f) ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- g) ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES;
- h) ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES IMPEDITIVAS E INIDONEIDADE;
- i) ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS FIDÉIS E VERDADEIROS.

#### 14. DO FORO

14.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Borba/AM, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvados os casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

Borba/AM, 29 de maio de 2026

aprovado pela Assessoria Jurídica na forma da  
14.133/2021.

Assessoria Jurídica



Nayandrea Rosario

Pregoeiro (a) Titular

Decreto nº 025/2025, de 03 de janeiro de 2025

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

O presente Termo de Referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades administrativas dos órgãos participantes, observando-se os quantitativos registrados, disponibilidade orçamentária, conveniência administrativa e continuidade dos serviços públicos municipais.

#### **2. JUSTIFICATIVA**

As Secretarias Municipais de Educação – SEMED, Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH e Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP desempenham funções essenciais na execução das políticas públicas do Município de Borba/AM, sendo responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais, institucionais, assistenciais, educacionais e socioassistenciais executadas pela Administração Pública Municipal.

Considerando as peculiaridades geográficas do Município de Borba/AM, especialmente em razão da grande extensão territorial e da necessidade de deslocamentos terrestres e fluviais

contínuos para atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, torna-se indispensável a manutenção do abastecimento regular da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos vinculados às secretarias municipais.

A futura contratação de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo possui caráter contínuo e essencial, sendo indispensável para assegurar o funcionamento adequado das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pelo Município de Borba/AM durante o exercício de 2026.

Os combustíveis serão utilizados no abastecimento de ambulâncias, veículos administrativos, ônibus escolares, embarcações, máquinas, motores e demais meios de locomoção empregados no transporte escolar, transporte sanitário, deslocamento de equipes técnicas, ações de fiscalização, visitas institucionais, atendimento das comunidades rurais e ribeirinhas, distribuição de materiais, apoio logístico às secretarias municipais e execução das políticas públicas municipais.

Os lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo possuem importância fundamental para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, contribuindo diretamente para segurança operacional, redução de desgastes mecânicos, aumento da vida útil dos equipamentos e diminuição de custos com manutenções corretivas emergenciais.

O gás de cozinha será utilizado nas unidades administrativas, escolas municipais, unidades de saúde, centros de assistência social e demais repartições públicas municipais vinculadas aos órgãos participantes da contratação, assegurando condições adequadas para preparo de alimentação, funcionamento das atividades institucionais e continuidade dos serviços públicos essenciais.

A ausência desses insumos poderá ocasionar paralisação de veículos e embarcações, interrupção de serviços públicos essenciais, comprometimento do transporte escolar, transporte sanitário, deslocamento das equipes técnicas e prejuízos diretos às atividades desenvolvidas pelas secretarias municipais.

A contratação mediante Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade administrativa, permitindo maior controle do consumo, economicidade, eficiência na aplicação dos recursos públicos e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.



Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter estimativo e foram elaborados com base nos levantamentos realizados pelas secretarias participantes, considerando histórico de consumo, necessidades operacionais da frota municipal, continuidade dos serviços públicos e manutenção de margem de segurança suficiente para atendimento das demandas ordinárias e extraordinárias durante o exercício de 2026.

Dessa forma, resta plenamente demonstrada a necessidade da contratação, considerando a essencialidade do objeto para manutenção das atividades administrativas e operacionais executadas pelas Secretarias Municipais do Município de Borba/AM.

### **3. ESPECIFICAÇÃO, DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS DOS ITENS A SEREM LICITADOS:**

A presente contratação contempla o fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo destinados às Secretarias Municipais do Município de Borba/AM, distribuídos por lotes.

<b>LOTE 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>1</b>	<b>GASOLINA COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>39.045</b>
<b>2</b>	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>1.750</b>
<b>3</b>	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA P13</b>	<b>UND</b>	<b>1.375</b>
<b>4</b>	<b>ÓLEO DIESEL COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>41.345</b>
<b>5</b>	<b>ÓLEO DIESEL S10</b>	<b>LITROS</b>	<b>67.725</b>
<b>6</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL USA 15W40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>20</b>
<b>7</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>68</b>
<b>8</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>97</b>



9	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	119
10	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 140 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	57
11	GRAXA LUBRIFICANTE LATA DE 20 KG	LATA	110
12	FLUIDO PARA FREIO FRASCO 500 ML	UND	68
13	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO	LITROS	46
14	ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL 15W40 EMBALAGEM DE 20 LITROS	LITROS	69
15	GRAXA PARA LUBRIFICANTE MOTOR EMBALAGEM 1 KG	KG	20
16	ÓLEO LUBRIFICANTES 20W40 20L	LITROS	49
17	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L	LITROS	2.144
18	ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA	LITROS	24.270

LOTE 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	12.000
2	GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO	UND	170
3	GÁS DE COZINHA BOTIJA P13	UND	30
4	ÓLEO DIESEL COMUM	LITROS	9.196
5	ÓLEO DIESEL S10	LITROS	3.310

7	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>3</b>
8	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>6</b>
9	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>5</b>
10	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO</b>	<b>LITROS</b>	<b>5</b>
11	<b>GRAXA PARA LUBRIFICANTE MOTOR EMBALAGEM 1 KG</b>	<b>KG</b>	<b>30</b>
12	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L</b>	<b>LITROS</b>	<b>90</b>
13	<b>ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA</b>	<b>LITROS</b>	<b>7.000</b>

<b>LOTE 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1	<b>GASOLINA COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>27.338</b>
2	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>470</b>
3	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA P13</b>	<b>UND</b>	<b>382</b>
4	<b>ÓLEO DIESEL COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>4.585</b>
5	<b>ÓLEO DIESEL S10</b>	<b>LITROS</b>	<b>4.154</b>
6	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL USA 15W40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>5</b>
7	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>2</b>

8	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>4</b>
9	<b>GRAXA LUBRIFICANTE LATA DE 20 KG</b>	<b>LATA</b>	<b>10</b>
10	<b>FLUIDO PARA FREIO FRASCO 500 ML</b>	<b>UND</b>	<b>14</b>
11	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO</b>	<b>LITROS</b>	<b>30</b>
12	<b>OLEO LUBRIFICANTE HIDRAULICO 68 EMBALAGEM DE 1 LITRO</b>	<b>LITROS</b>	<b>62</b>
13	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L</b>	<b>LITROS</b>	<b>219</b>
14	<b>ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA</b>	<b>LITROS</b>	<b>7280</b>

<b>LOTE 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1	<b>GASOLINA COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>61.844</b>
2	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>50</b>
3	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA P13</b>	<b>UND</b>	<b>96</b>
4	<b>ÓLEO DIESEL COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>63.252</b>
5	<b>ÓLEO DIESEL S10</b>	<b>LITROS</b>	<b>101.934</b>
6	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL USA 15W40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>30</b>
7	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>116</b>
8	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>168</b>

9	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>206</b>
10	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE USA 140 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>84</b>
11	<b>FLUIDO PARA FREIO FRASCO 500 ML</b>	<b>UND</b>	<b>112</b>
12	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO</b>	<b>LITROS</b>	<b>68</b>
13	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL 15W40 EMBALAGEM DE 20 LITROS</b>	<b>LITROS</b>	<b>122</b>
14	<b>GRAXA PARA LUBRIFICANTE MOTOR EMBALAGEM 1 KG</b>	<b>KG</b>	<b>26</b>
15	<b>ÓLEO LUBRIFICANTES 20W40 20L</b>	<b>LITROS</b>	<b>72</b>
16	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L</b>	<b>LITROS</b>	<b>3.576</b>
17	<b>ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA</b>	<b>LITROS</b>	<b>1.114</b>

Os combustíveis deverão atender integralmente às especificações e padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Os lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, armazenamento, acondicionamento e validade, observadas as especificações técnicas exigidas pela Administração Municipal.

Os quantitativos constantes neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, podendo sofrer alterações durante a execução contratual, conforme necessidade administrativa dos órgãos participantes, sendo pagos apenas os quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente atestados pela fiscalização competente.

#### **4. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas entre os órgãos participantes da presente contratação, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

4.2. O remanejamento somente poderá ser realizado:

4.2.1. De órgão participante para outro órgão participante; ou

4.2.2. De órgão participante para órgão não participante, quando legalmente admitido.

4.3. O órgão que tiver estimado os quantitativos inicialmente registrados será considerado participante para fins de remanejamento das quantidades registradas na Ata de Registro de Preços.

4.4. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, deverão ser observados os limites e condições previstos no artigo 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

4.5. Competirá à Administração Municipal autorizar o remanejamento solicitado, promovendo a redução do quantitativo inicialmente previsto para o órgão participante cedente, desde que haja anuência prévia do órgão que sofrer a redução dos quantitativos registrados.

4.6. Caso o remanejamento ocorra entre órgãos ou entidades de entes federativos distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento, observadas as condições estabelecidas na Ata.

4.7. Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, podendo sofrer remanejamentos, redistribuições, acréscimos ou reduções durante a execução da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade administrativa superveniente, desde que preservado o objeto contratado e observados os limites legais aplicáveis.

4.8. O remanejamento dos quantitativos entre os órgãos participantes terá por finalidade assegurar maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos, equilíbrio operacional entre os órgãos participantes e melhor aproveitamento dos saldos registrados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

## **5. PRAZOS E EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado o interesse público e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração Pública.

5.2. O fornecimento dos combustíveis será realizado de forma imediata após apresentação de requisição/autorização expedida pela Administração Municipal, diretamente no estabelecimento da contratada.

5.3. O fornecimento dos lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade administrativa dos órgãos participantes.

5.4. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, armazenamento, acondicionamento e conservação, observando integralmente as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços e demais documentos da contratação.

5.5. A contratada deverá garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto dos produtos durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, procedência, integridade e regularidade dos produtos fornecidos.

5.6. Os combustíveis deverão atender integralmente às especificações e padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

5.7. Os lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo deverão possuir qualidade compatível com as recomendações dos fabricantes dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos pertencentes à Administração Municipal.

5.8. Considerando que o fornecimento dos combustíveis ocorrerá de forma imediata, mediante apresentação de requisição/autorização expedida pela Administração Municipal diretamente no estabelecimento da contratada, fica a empresa contratada obrigada a manter disponibilidade contínua de atendimento e abastecimento durante toda a vigência contratual, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços públicos executados pelas Secretarias Municipais do Município de Borba/AM.

5.9. Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato do fornecimento para verificação preliminar das quantidades, integridade, especificações aparentes e conformidade com as requisições emitidas pela Administração Municipal.

5.10. O recebimento definitivo ocorrerá após conferência e atesto da equipe técnica responsável, nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.11. Caso sejam constatadas irregularidades, adulterações, defeitos, incompatibilidades ou divergências em relação às especificações contratadas, os produtos poderão ser recusados total ou parcialmente, ficando a contratada obrigada a promover a substituição imediata dos itens recusados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

5.12. A Administração Municipal poderá solicitar, sempre que entender necessário, apresentação de certificados, laudos técnicos, registros, comprovações de procedência e demais documentos relacionados à qualidade dos produtos fornecidos.

5.13. O fornecimento ocorrerá conforme necessidade administrativa dos órgãos participantes, sendo pagos exclusivamente os quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente atestados pela fiscalização competente.

## **6. REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO**

### **6.1. CONDIÇÕES**

A contratação será formalizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, observando integralmente as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

6.2. A empresa vencedora deverá atender às seguintes condições:

a) Fornecer combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;

- b) Garantir o fornecimento imediato dos combustíveis mediante apresentação de requisição expedida pela Administração Municipal;
- c) Garantir a entrega dos lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo em perfeitas condições de uso, armazenamento e acondicionamento;
- d) Possuir todas as licenças, autorizações, registros e alvarás necessários ao exercício regular da atividade;
- e) Apresentar documentação fiscal, jurídica, trabalhista, previdenciária e técnica regular, conforme exigido pela legislação vigente;
- f) Emitir nota fiscal compatível com os produtos efetivamente fornecidos;
- g) Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, armazenamento, acondicionamento e fornecimento dos produtos;
- h) Substituir imediatamente quaisquer produtos que apresentem defeitos, adulterações, irregularidades ou divergências em relação às especificações contratadas;
- i) Cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato administrativo;
- j) Declarar que não utiliza mão de obra infantil ou trabalho em condições análogas à escravidão;
- k) Observar critérios de sustentabilidade ambiental e destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados;
- l) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- m) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

## **7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**



7.1. O recebimento dos combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo será realizado pelos órgãos participantes, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto contratado.

7.2. O objeto desta contratação será recebido na forma estabelecida no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos.

7.3. O recebimento provisório ocorrerá no ato do fornecimento dos combustíveis ou entrega dos demais produtos, mediante conferência preliminar das quantidades, integridade dos produtos, conformidade aparente e verificação das condições de fornecimento.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica detalhada e verificação da conformidade dos produtos com as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços e proposta vencedora.

7.5. O servidor responsável pelo recebimento deverá atestar o cumprimento integral das condições estabelecidas no instrumento convocatório e demais documentos da contratação, conferindo quantidades, especificações, qualidade, acondicionamento, regularidade do fornecimento e documentação fiscal apresentada pela contratada.

7.6. A assinatura do responsável no documento fiscal servirá apenas como comprovação provisória do fornecimento, não implicando aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.7. Caso os combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo fornecidos estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas, apresentem irregularidades, adulterações, defeitos, contaminações ou divergências em relação ao objeto contratado, estes serão recusados total ou parcialmente, ficando a contratada obrigada a promover a substituição imediata dos produtos rejeitados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

7.8. A recusa dos produtos será formalizada pela fiscalização contratual, mediante emissão de relatório ou termo específico apontando as irregularidades constatadas, devendo a contratada adotar imediatamente as providências necessárias à regularização do fornecimento.

7.9. Os produtos deverão ser fornecidos acompanhados da respectiva nota fiscal, nota fiscal-fatura, requisição de fornecimento e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

7.10. O fornecedor registrado ficará obrigado a atender todas as solicitações emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para data posterior ao vencimento da Ata.

7.11. Caso a empresa vencedora possua sede fora do Município de Borba/AM, deverá indicar representante legal ou preposto responsável pelo acompanhamento das demandas administrativas relacionadas à execução contratual.

7.12. A fiscalização contratual observará, dentre outros critérios, o cumprimento dos prazos de fornecimento, regularidade do abastecimento, conformidade técnica dos produtos, qualidade dos combustíveis e derivados de petróleo, regularidade documental e atendimento às normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

## **8. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão exercidos por servidores devidamente designados pela Administração Municipal, conforme dispõe o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Compete à fiscalização acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos e derivados de petróleo, bem como dirimir dúvidas e pendências eventualmente surgidas durante a execução contratual.

8.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da Administração Municipal para adoção das medidas cabíveis, nos termos do §2º do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. O Município designará servidor responsável pela fiscalização contratual, competindo-lhe acompanhar integralmente o fornecimento dos produtos, devendo a contratada facilitar o exercício de suas atribuições, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

8.5. O fiscal do contrato terá poderes para sustar qualquer fornecimento que esteja sendo realizado em desacordo com as especificações técnicas, normas legais, exigências do Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo.

8.6. Caberá ao fiscal do contrato recusar combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo que não atendam aos padrões de qualidade e especificações exigidas pela Administração Municipal, podendo determinar a imediata substituição dos produtos irregulares, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.7. A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

8.8. A Administração Municipal poderá realizar diligências, inspeções, análises técnicas e demais procedimentos necessários à verificação da qualidade dos produtos fornecidos, inclusive solicitando testes, laudos e comprovações técnicas sempre que entender necessário.

8.9. A fiscalização observará, dentre outros critérios:

I – regularidade do abastecimento;

II – qualidade dos combustíveis fornecidos;

III – conformidade técnica dos produtos;

IV – cumprimento dos prazos de fornecimento;

V – regularidade documental;

VI – observância das normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

VII – atendimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento decorrente da contratação será efetuado conforme as normas da Prefeitura Municipal de Borba/AM, de acordo com o efetivo fornecimento dos combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, observando-se a ordem cronológica de pagamentos prevista no artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

9.3. Caberá à contratada sanar quaisquer irregularidades apontadas pela fiscalização, submetendo-se a nova verificação para fins de regular recebimento e posterior pagamento.

9.4. Em cumprimento ao disposto no Parecer nº 004/2010 – TCE/AM, a contratada deverá comprovar, para fins de pagamento, sua regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

III – Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;

IV – Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VI – Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial.

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou irregularidade fiscal, trabalhista ou contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

9.6. Os pagamentos devidos à contratada dependerão exclusivamente dos quantitativos efetivamente fornecidos, conforme os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços.

9.7. A Administração Municipal poderá deduzir dos pagamentos devidos quaisquer valores decorrentes de penalidades aplicadas à contratada, observados os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.8. O pagamento será efetuado mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, após regular liquidação da despesa e atesto definitivo da execução contratual.

9.9. O prazo para pagamento será contado a partir da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização contratual, observadas as rotinas administrativas da Administração Municipal.

## **10. ESTIMATIVA DA DESPESA, PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E REVISÃO DOS PREÇOS**

10.1. As despesas decorrentes da futura contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais participantes da contratação, previstas no orçamento vigente do Município de Borba/AM.

10.2. O valor estimado da contratação permanecerá sob **caráter sigiloso**, nos termos da legislação aplicável, até o encerramento da fase de lances do procedimento licitatório, visando assegurar a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10.3. A Administração Municipal acompanhará permanentemente a evolução dos preços de mercado dos combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, com a finalidade de verificar a compatibilidade entre os preços registrados e aqueles praticados no mercado.

10.4. Comprovado eventual desequilíbrio econômico-financeiro, a alteração dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa da Administração Municipal ou mediante solicitação formal da empresa detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições previstas nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser realizada mediante apresentação de documentação idônea que demonstre efetivamente a ocorrência da variação dos custos dos produtos.

10.6. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes de revisão não poderão ultrapassar os valores praticados no mercado, devendo ser preservada a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

10.7. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, a Administração Municipal convocará o fornecedor beneficiário para negociação e redução dos valores registrados na Ata de Registro de Preços.

10.8. Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, observadas as disposições legais aplicáveis.

## **11. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela contratada, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços e contrato administrativo.

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, procedendo à conferência das quantidades, especificações, qualidade e regularidade dos combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo fornecidos.

11.1.3. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer vícios, defeitos, irregularidades, adulterações, falhas, divergências ou incorreções verificadas no fornecimento dos produtos, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis.

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou comissão especialmente designada, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato administrativo.

11.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, produtos fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas técnicas aplicáveis.

11.1.7. Aplicar à contratada as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas, observados os princípios do contraditório e ampla defesa.

11.1.8. Emitir requisições/autorização de fornecimento para abastecimento dos combustíveis e solicitação dos demais produtos conforme necessidade administrativa dos órgãos participantes da contratação.

11.1.9. Prestar todas as informações necessárias à adequada execução contratual, esclarecendo dúvidas eventualmente apresentadas pela contratada.

11.1.10. Comunicar à contratada quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual que exijam adoção de providências corretivas.

11.1.11. Fiscalizar a qualidade dos combustíveis fornecidos, podendo realizar diligências, inspeções, análises laboratoriais e demais procedimentos necessários para verificação da conformidade dos produtos fornecidos.

11.1.12. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório durante toda a vigência contratual.

11.1.13. Solicitar substituição imediata dos produtos que apresentarem defeitos, irregularidades, contaminações, vícios ou divergências em relação às especificações exigidas.

11.1.14. Promover o remanejamento dos quantitativos registrados entre os órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições legais e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.1.15. A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada perante terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pela contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **12. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

12.1. O CONTRATADO deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, Edital, Ata de Registro de Preços e contrato administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

12.2. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, regularidade, procedência, armazenamento, acondicionamento e fornecimento dos combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo.

12.3. Garantir que os combustíveis fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

12.4. Fornecer os combustíveis de forma imediata após apresentação de requisição/autorização expedida pela Administração Municipal, diretamente no estabelecimento da contratada.

12.5. Realizar o fornecimento dos lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo conforme necessidade administrativa dos órgãos participantes da contratação.

12.6. Substituir imediatamente, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, os produtos que apresentarem defeitos, irregularidades, contaminações, adulterações ou divergências em relação às especificações contratadas.

12.7. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

12.8. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato quaisquer ocorrências que possam comprometer o regular fornecimento dos produtos.

12.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

12.10. Apresentar, sempre que solicitado pela Administração Municipal, documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e técnica.

12.11. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais e demais encargos decorrentes da execução contratual.

12.12. Arcar integralmente com despesas relativas ao transporte, armazenamento, acondicionamento, entrega e descarregamento dos produtos fornecidos.

12.13. Observar integralmente as normas ambientais, sanitárias, técnicas e de segurança aplicáveis ao fornecimento dos combustíveis e derivados de petróleo.

12.14. Não utilizar mão de obra infantil ou trabalho em condições análogas à escravidão, observando integralmente as normas de proteção ao trabalho e direitos fundamentais.

12.15. Emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente fornecidos, contendo todas as informações exigidas pela legislação vigente.

12.16. Facilitar integralmente a atuação da fiscalização contratual, prestando esclarecimentos e fornecendo documentos sempre que solicitado pela Administração Municipal.

12.17. Responsabilizar-se pela guarda e sigilo das informações eventualmente obtidas em razão da execução contratual.

12.18. Cumprir integralmente as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato administrativo.

### **13. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

13.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento licitatório, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventuais irregularidades constatadas.

13.2. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do ajuste, de que trata a alínea “c”, o valor relativo às multas aplicadas em razão do descumprimento das obrigações inseridas na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

13.3. A participação nesta licitação implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência, anexos e normas aplicáveis ao procedimento licitatório, inclusive quanto à utilização do sistema eletrônico adotado pela Administração Municipal.

13.4. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicam-se à presente contratação.

13.5. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao fornecedor diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

13.6. O fornecedor poderá responder ainda por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar à Administração Municipal.

13.7. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

#### **13.7.1. ADVERTÊNCIA**

13.7.1.1. É o aviso por escrito emitido quando o fornecedor descumprir qualquer obrigação, sendo expedido pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da contratação, nos seguintes casos:

13.7.1.1.1. Quando o fornecedor se recusar a retirar a nota de empenho ou assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração Municipal;

13.7.1.1.2. Quando o fornecedor atrasar ou ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;

13.7.1.1.3. Quando houver atraso injustificado no fornecimento dos combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo;

13.7.1.1.4. Quando o fornecedor descumprir qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo.

#### **13.7.2. MULTA**

13.7.2.1. A multa será aplicada nos seguintes percentuais:

**13.7.2.1.1. Nos casos de atraso:**

13.7.2.1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso no fornecimento do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento);

13.7.2.1.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, em caráter excepcional, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

13.7.2.1.1.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado por descumprimento do prazo de fornecimento.

**13.7.2.1.2. Nos casos de recusa ou inexecução:**

13.7.2.1.2.1. 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado em caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, contrato administrativo ou retirar instrumento equivalente;

13.7.2.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado pela inexecução total do objeto contratado.

13.7.2.2. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades administrativas, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

13.7.2.3. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, poderá ser instaurado processo administrativo visando à rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo.

**13.7.3. SUSPENSÃO**

13.7.3.1. É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e contratar com a Administração Pública Municipal.

13.7.3.2. A suspensão poderá ser aplicada:

a) por até 90 (noventa) dias, quando o fornecedor deixar de entregar documentos exigidos;

- b) por até 2 (dois) anos, quando houver falha ou fraude na execução contratual;
- c) por até 5 (cinco) anos, quando o fornecedor apresentar documentos falsos, cometer fraude ou deixar de efetuar pagamento de multas aplicadas.

#### **13.7.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

13.7.4.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade competente nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.7.4.2. Será declarado inidôneo o fornecedor que cometer quaisquer dos atos previstos no Capítulo II-B da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **13.8. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.8.1. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas às empresas que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por fraude fiscal;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

#### **13.9. DO DIREITO DE DEFESA**

13.9.1. É facultado ao fornecedor interpor recurso contra aplicação das penalidades no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da notificação.

13.9.2. O recurso será dirigido à autoridade competente, que poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo para julgamento.

#### **13.10. DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS**

13.10.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, o fornecedor ficará sujeito à composição das perdas e danos causados ao Município pelo descumprimento das obrigações assumidas.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

14.1. Serão passíveis de penalidades as seguintes condutas: inexecução total ou parcial do fornecimento dos combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo, fornecimento irregular, atraso injustificado no abastecimento ou entrega dos produtos, execução imperfeita, mora na execução contratual, inadimplemento das obrigações assumidas, adulteração dos combustíveis, não veracidade das informações prestadas e demais infrações relacionadas às cláusulas constantes neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, contrato administrativo e legislação aplicável.

14.2. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, podendo sofrer remanejamentos entre os órgãos participantes da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade administrativa devidamente justificada.

14.3. O fornecimento dos produtos ocorrerá conforme necessidade da Administração Municipal, mediante apresentação de requisição/autorização expedida pelo setor competente.

14.4. Os combustíveis deverão atender integralmente às especificações e padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

14.5. A Administração Municipal poderá realizar diligências, inspeções, análises técnicas e demais procedimentos necessários à verificação da qualidade dos combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo fornecidos pela contratada.

14.6. A empresa contratada deverá manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

14.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

## **15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E SUPERVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

15.1. O presente Termo de Referência foi elaborado contendo todas as informações necessárias para subsidiar a instauração do procedimento licitatório, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

15.2. O presente Termo de Referência será submetido à análise jurídica e aos demais setores competentes da Administração Municipal para fins de aprovação e prosseguimento do procedimento administrativo.

## **16. OBSERVAÇÕES FINAIS**

16.1. Os combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, gás de cozinha e derivados de petróleo deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, armazenamento, acondicionamento e qualidade, observando integralmente as especificações constantes neste Termo de Referência.

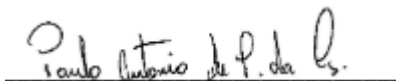
16.2. Em razão da natureza essencial do objeto contratado, a contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para assegurar o fornecimento imediato dos combustíveis no Município de Borba/AM, de modo a não comprometer a continuidade e eficiência dos serviços públicos executados pelas Secretarias Municipais participantes da contratação.

16.3. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços possuem caráter meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão exclusivamente dos quantitativos efetivamente fornecidos.

16.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a efetivar as contratações, ficando as solicitações condicionadas às necessidades administrativas dos órgãos participantes.

16.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e princípios aplicáveis à Administração Pública.

Borba/AM, 22 de maio de 2026



Paulo Antônio de Paula da Cruz

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 0005/2025, de 01 de janeiro de 2025



## **APÊNDICE DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - SEMED**

#### **1. OBJETO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

#### **2. REFERÊNCIA LEGAL**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, elaborado em observância ao artigo 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como finalidade identificar a necessidade da contratação, demonstrar o interesse público envolvido, analisar as soluções disponíveis no mercado e definir a solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa do Município de Borba/AM.

2.2. A contratação observará integralmente as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024, bem como demais normas aplicáveis à matéria.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua, estimada e parcelada da demanda, permitindo maior eficiência administrativa, controle do consumo, economicidade e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

3.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento contínuo da frota de veículos, embarcações, motores e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM, mediante futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, destinados ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e educacionais da rede pública municipal de ensino. A contratação possui natureza contínua e

essencial, considerando que os insumos pretendidos são indispensáveis para manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação durante o exercício de 2026.

3.2. A Secretaria Municipal de Educação – SEMED desempenha papel fundamental na execução das políticas públicas educacionais do Município de Borba/AM, sendo responsável pela coordenação administrativa da rede municipal de ensino, manutenção das unidades escolares, execução do transporte escolar terrestre e fluvial, acompanhamento pedagógico, distribuição de materiais, apoio logístico às escolas municipais e desenvolvimento das atividades educacionais voltadas aos alunos da rede pública municipal de ensino. Nesse contexto, o abastecimento contínuo da frota vinculada à secretaria constitui medida indispensável para assegurar regularidade, eficiência e continuidade dos serviços educacionais ofertados à população.

3.3. O Município de Borba/AM possui peculiaridades geográficas próprias da região amazônica, caracterizadas pela grande extensão territorial, existência de comunidades rurais, localidades ribeirinhas e áreas de difícil acesso, circunstâncias que tornam os deslocamentos terrestres e fluviais indispensáveis para garantia do acesso dos alunos à educação pública municipal. Em razão dessas características, a Secretaria Municipal de Educação depende diretamente da utilização contínua de veículos, embarcações e motores para realização do transporte escolar, deslocamento de equipes pedagógicas, visitas técnicas às comunidades rurais e ribeirinhas, acompanhamento das unidades escolares e execução das atividades administrativas e operacionais da SEMED.

3.4. Os combustíveis e derivados de petróleo constituem insumos essenciais para o funcionamento da frota escolar do Município, sendo indispensáveis para garantir o transporte diário dos alunos da rede pública municipal de ensino, especialmente daqueles residentes em regiões de difícil acesso. Além disso, os referidos insumos são utilizados no abastecimento de veículos administrativos, embarcações escolares, motores e equipamentos empregados nas atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, assegurando suporte logístico às unidades escolares e continuidade das ações educacionais executadas pela Administração Municipal.

3.5. Os lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo possuem importância fundamental para manutenção preventiva e corretiva da frota vinculada à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, contribuindo diretamente para redução dos desgastes mecânicos dos veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados no transporte escolar e nas atividades administrativas da secretaria. A utilização adequada desses insumos proporciona maior vida útil da frota escolar, segurança operacional durante o transporte dos alunos e redução de custos com manutenções corretivas emergenciais, assegurando maior eficiência e continuidade dos serviços educacionais desenvolvidos no Município de Borba/AM.

3.6. O gás de cozinha será utilizado nas unidades escolares da rede municipal de ensino e demais dependências vinculadas à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, sendo indispensável para preparo da alimentação escolar ofertada aos alunos da rede pública municipal de ensino. A

aquisição do referido insumo visa garantir condições adequadas para execução das atividades relacionadas à merenda escolar, assegurando continuidade do fornecimento da alimentação aos estudantes durante o calendário letivo, em conformidade com as necessidades operacionais das unidades educacionais do Município de Borba/AM.

3.7. A ausência dos insumos objeto da presente contratação poderá ocasionar graves prejuízos à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, especialmente quanto à paralisação do transporte escolar terrestre e fluvial, interrupção do deslocamento de alunos residentes em comunidades rurais e ribeirinhas, comprometimento das atividades pedagógicas, suspensão de visitas técnicas e administrativas realizadas pelas equipes da secretaria, além da paralisação de veículos, embarcações e motores utilizados nas atividades educacionais. A indisponibilidade desses insumos poderá comprometer diretamente a continuidade do calendário escolar e a prestação regular dos serviços educacionais ofertados pela rede municipal de ensino do Município de Borba/AM.

3.8. Os quantitativos previstos para a presente contratação foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, considerando o histórico de consumo dos exercícios anteriores, as rotas terrestres e fluviais do transporte escolar, a quantidade de veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela secretaria, bem como as demandas operacionais ordinárias e extraordinárias relacionadas ao funcionamento da rede municipal de ensino. Também foi considerada margem de segurança administrativa suficiente para assegurar continuidade regular das atividades educacionais durante todo o exercício de 2026, evitando desabastecimentos que possam comprometer o funcionamento das unidades escolares e o transporte dos alunos da rede pública municipal.

3.9. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, permitindo maior controle administrativo do consumo e evitando formação de estoques excessivos. Além disso, os quantitativos possuem natureza estimativa e a demanda apresenta caráter contínuo durante todo o exercício financeiro, circunstâncias que tornam o Sistema de Registro de Preços a solução mais eficiente para gestão contratual da presente demanda, assegurando economicidade, flexibilidade administrativa, maior eficiência no acompanhamento contratual e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

3.10. A modalidade Pregão Eletrônico também se apresenta como a solução mais adequada para realização da presente contratação, considerando a ampliação da competitividade entre os licitantes, maior transparência do procedimento licitatório, economicidade na aplicação dos recursos públicos, celeridade processual e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal. Além disso, a utilização da modalidade eletrônica proporciona maior padronização dos procedimentos administrativos e atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, competitividade, transparência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.11. Dessa forma, resta plenamente demonstrada a necessidade da presente contratação, considerando a essencialidade do objeto para manutenção das atividades administrativas, operacionais e educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM, sendo a contratação indispensável para assegurar continuidade, regularidade, eficiência e qualidade na prestação dos serviços educacionais ofertados à população.

#### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

4.1. O presente Estudo Técnico Preliminar não contempla o inciso II, §1º, do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, considerando que o Município de Borba/AM ainda não possui formalmente instituído o referido plano administrativo.

4.2. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo e operacional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, considerando a necessidade contínua de manutenção do transporte escolar terrestre e fluvial, abastecimento da frota municipal vinculada à educação, continuidade do calendário escolar e suporte às atividades pedagógicas e administrativas da rede pública municipal de ensino.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1. CONDIÇÃO:**

A contratação será formalizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, observando integralmente as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

5.2. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, mediante emissão de requisição formal, ordem de fornecimento ou documento equivalente emitido pela Administração Pública Municipal.

5.3. A empresa contratada deverá garantir fornecimento contínuo dos combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo durante toda vigência da Ata de Registro de Preços e eventual instrumento contratual dela decorrente.

5.4. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações, padrões de qualidade e exigências estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, sendo vedado fornecimento de produtos adulterados, contaminados ou em desacordo com as normas técnicas aplicáveis.

5.5. Os lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, observando padrões de qualidade,

desempenho, segurança operacional e compatibilidade com os veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

5.6. O gás de cozinha deverá ser fornecido em conformidade com as normas técnicas vigentes, devidamente acondicionado, lacrado e em perfeitas condições de uso, observando todas as exigências de segurança aplicáveis ao produto.

5.7. A contratada deverá possuir autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, bem como apresentar todas as licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade.

5.8. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, abastecimento, armazenamento, entrega, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias à perfeita execução contratual.

5.9. Os produtos fornecidos deverão possuir qualidade compatível com as exigências do mercado, observando as especificações constantes no Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de produtos de qualidade inferior ou incompatíveis com os equipamentos e veículos utilizados pela Administração Municipal.

5.10. A contratada deverá substituir imediatamente, sem ônus adicional para Administração Pública Municipal, qualquer produto fornecido em desacordo com as especificações técnicas, normas de qualidade ou exigências previstas no Termo de Referência.

5.11. O fornecimento deverá ocorrer imediatamente após emissão da requisição formal emitida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, considerando a natureza contínua e essencial da contratação.

5.12. A contratada deverá manter durante toda execução contratual todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade operacional exigidas no procedimento licitatório.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS**

6.1. Os quantitativos previstos para a presente contratação foram definidos com base no levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, considerando o histórico de consumo dos exercícios anteriores, as rotas do transporte escolar terrestre e fluvial, a quantidade de veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela secretaria, bem como as necessidades operacionais e administrativas da rede pública municipal de ensino.

6.2. São estimadas as seguintes quantidades para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	39.045
2	GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO	UND	1.750
3	GÁS DE COZINHA BOTIJA P13	UND	1.375
4	ÓLEO DIESEL COMUM	LITROS	41.345
5	ÓLEO DIESEL S10	LITROS	67.725
6	ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL USA 15W40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	20
7	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	68
8	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	97
9	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	119
10	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 140 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	57
11	GRAXA LUBRIFICANTE LATA DE 20 KG	LATA	110
12	FLUIDO PARA FREIO FRASCO 500 ML	UND	68
13	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO	LITROS	46
14	ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL 15W40 EMBALAGEM DE 20 LITROS	LITROS	69
15	GRAXA PARA LUBRIFICANTE MOTOR EMBALAGEM 1 KG	KG	20
16	ÓLEO LUBRIFICANTES 20W40 20L	LITROS	49
17	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L	LITROS	2.144
18	ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA	LITROS	24.270

6.3. Os quantitativos acima possuem natureza estimativa, podendo sofrer variações durante execução contratual, conforme necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, sendo pagos apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.

6.4. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, segurança operacional, durabilidade e compatibilidade com os veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.



## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

7.1. O levantamento de mercado constitui etapa essencial para adequada instrução do procedimento licitatório destinado à futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM.

7.2. Para realização do presente levantamento foram consideradas as soluções disponíveis no mercado regional e nacional, observando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos relacionados ao fornecimento contínuo dos insumos pretendidos, de forma a assegurar conformidade com a legislação vigente e adequada aplicação dos recursos públicos.

7.3. A análise realizada buscou identificar fornecedores aptos a atender integralmente às exigências da Administração Pública Municipal, especialmente quanto à capacidade operacional, regularidade perante os órgãos competentes, disponibilidade de fornecimento contínuo, qualidade dos produtos, logística de abastecimento e viabilidade de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

7.4. Considerando as peculiaridades geográficas do Município de Borba/AM, especialmente a existência de comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso, verificou-se a necessidade de contratação de empresa com capacidade técnica e operacional suficiente para assegurar fornecimento contínuo dos combustíveis e derivados de petróleo utilizados no transporte escolar terrestre e fluvial, deslocamento das equipes pedagógicas e manutenção das atividades administrativas da SEMED.

7.5. O levantamento realizado demonstrou existência de empresas atuantes no ramo de comercialização de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo aptas a participar do procedimento licitatório, circunstância que evidencia viabilidade de competição e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

7.6. Foram analisados aspectos relacionados à qualidade dos produtos fornecidos, observando conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, compatibilidade dos produtos com os veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, bem como padrões mínimos de segurança operacional e desempenho dos insumos.

7.7. Também foi avaliada a capacidade operacional das empresas quanto à disponibilidade de fornecimento contínuo, logística de abastecimento, regularidade documental, estrutura operacional, capacidade de entrega e condições necessárias para atendimento das demandas da Administração Pública Municipal durante todo exercício contratual.



7.8. Para formação da estimativa de preços foram realizadas pesquisas junto ao mercado fornecedor, sistemas de compras públicas, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e levantamento de preços praticados regionalmente, permitindo identificação de parâmetros compatíveis com a realidade mercadológica e assegurando maior segurança na definição do valor estimado da contratação.

7.9. A análise técnica também considerou alternativas disponíveis no mercado quanto à forma de contratação, especialmente aquisição direta com fornecimento parcelado mediante Sistema de Registro de Preços ou contratação convencional com quantitativos fixos.

7.10. Após análise técnica e econômica, verificou-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta maior vantajosidade para Administração Pública Municipal, considerando que a demanda da Secretaria Municipal de Educação – SEMED possui natureza contínua, variável e estimativa, dependendo diretamente das rotas do transporte escolar, quantidade de deslocamentos realizados, calendário letivo, manutenção da frota e demandas operacionais da secretaria.

7.11. O Sistema de Registro de Preços também proporciona maior controle administrativo do consumo, flexibilidade contratual, redução de desperdícios, eficiência na gestão dos quantitativos e pagamento apenas dos produtos efetivamente fornecidos, evitando formação de estoques excessivos e reduzindo riscos de desabastecimento das atividades educacionais desenvolvidas pela SEMED.

7.12. A modalidade Pregão Eletrônico foi identificada como solução mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da competitividade entre os licitantes, maior transparência do procedimento licitatório, celeridade processual, economicidade na aplicação dos recursos públicos e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

7.13. A adoção da modalidade eletrônica também contribui para padronização dos procedimentos administrativos, ampliação da participação de fornecedores, fortalecimento da competitividade e observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. O levantamento de mercado realizado demonstra que o mercado fornecedor possui capacidade operacional suficiente para atendimento integral das necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, assegurando viabilidade da contratação pretendida e existência de competição suficiente para realização do procedimento licitatório.

7.15. Dessa forma, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, visando futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. ESTIMATIVA DO PREÇO OU PREÇOS REFERENCIAIS DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da presente contratação possuirá caráter sigiloso, visando assegurar maior competitividade, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

8.2. O sigilo do orçamento não prejudicará a divulgação do detalhamento quantitativo do objeto pretendido, permanecendo disponíveis aos licitantes todas as especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de fornecimento e demais informações necessárias para elaboração das propostas comerciais.

8.3. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, contratações similares realizadas pela Administração Pública, sistemas oficiais de compras públicas, atas de registro de preços vigentes, banco de preços e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável, observando critérios de vantajosidade, compatibilidade mercadológica e economicidade.

8.4. O orçamento estimado permanecerá restrito e será disponibilizado apenas aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos agentes públicos diretamente responsáveis pela condução do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

8.5. A adoção do orçamento sigiloso mostra-se adequada à presente contratação, considerando a natureza do objeto, a necessidade de ampliação da competitividade entre os licitantes e a busca pela proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

8.6. O valor estimado da contratação será tornado público após encerramento da fase de lances e negociação, na forma prevista pela Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. Diante das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED e considerando as alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

9.2. A solução proposta visa assegurar continuidade das atividades administrativas, operacionais e educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, especialmente quanto à manutenção do transporte escolar terrestre e fluvial, deslocamento das equipes pedagógicas, abastecimento da frota administrativa, funcionamento das unidades escolares e execução das atividades institucionais vinculadas à rede pública municipal de ensino.

9.3. O fornecimento dos produtos ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da

Secretaria Municipal de Educação – SEMED, mediante emissão de requisição formal, permitindo maior controle administrativo do consumo, flexibilidade contratual, redução de desperdícios e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

9.4. A solução proposta mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para Administração Pública Municipal, considerando a natureza contínua da demanda, necessidade de fornecimento permanente dos insumos e essencialidade dos produtos para manutenção das atividades educacionais do Município de Borba/AM.

9.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá maior eficiência na gestão contratual, otimização da aplicação dos recursos públicos, redução de riscos de desabastecimento e melhor planejamento administrativo das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

9.6. A modalidade Pregão Eletrônico também se apresenta como solução mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da competitividade entre os fornecedores, maior transparência do procedimento licitatório, celeridade processual, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

9.7. Dessa forma, a solução proposta atende integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, garantindo continuidade, regularidade e eficiência dos serviços educacionais prestados à população do Município de Borba/AM.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

10.1. No presente caso, aplica-se a regra do parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a divisão do objeto mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para Administração Pública Municipal.

10.2. O parcelamento do objeto visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando maior participação de empresas do ramo, além de contribuir para obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

10.3. A divisão dos itens também permite maior eficiência na execução contratual, melhor controle administrativo do fornecimento e gestão mais adequada dos quantitativos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

10.4. O parcelamento adotado não ocasiona prejuízo à economia de escala, tampouco compromete a padronização, qualidade ou eficiência do fornecimento pretendido pela Administração Pública Municipal.

10.5. Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente recomendável para presente contratação, observando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e interesse público.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, especialmente quanto à manutenção do transporte escolar terrestre e fluvial, funcionamento da frota administrativa, abastecimento das embarcações escolares e continuidade das atividades desenvolvidas pela rede pública municipal de ensino.

11.2. Embora o Município de Borba/AM ainda não possua formalmente instituído o Plano Anual de Contratações, a presente demanda encontra-se prevista no planejamento interno da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, considerando a necessidade contínua de abastecimento da frota municipal utilizada na execução das políticas públicas educacionais.

11.3. A contratação também se encontra alinhada aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, economicidade e interesse público, assegurando manutenção regular das atividades educacionais desenvolvidas no Município de Borba/AM.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas, operacionais e educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM.

12.2. Com a futura contratação, pretende-se garantir abastecimento contínuo da frota escolar terrestre e fluvial, assegurando transporte regular dos alunos da rede pública municipal de ensino, especialmente daqueles residentes em comunidades rurais e ribeirinhas.

12.3. Pretende-se também assegurar funcionamento adequado dos veículos administrativos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, garantindo continuidade das atividades pedagógicas, administrativas e operacionais da rede municipal de ensino.

12.4. A contratação contribuirá diretamente para redução de paralisações da frota municipal, maior eficiência operacional, melhoria das condições de transporte escolar, redução de custos com manutenções corretivas emergenciais e fortalecimento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

12.5. Busca-se ainda proporcionar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, controle administrativo do consumo, economicidade na gestão contratual e continuidade regular dos serviços públicos educacionais ofertados à população do Município de Borba/AM.

12.6. Os resultados pretendidos também envolvem fortalecimento da infraestrutura operacional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, melhoria da logística administrativa e garantia de suporte adequado às unidades escolares da rede pública municipal de ensino.

### **13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

13.1. Não se identificam providências prévias relevantes a serem adotadas pela Administração Pública Municipal antes da formalização da contratação pretendida.

13.2. A Secretaria Municipal de Educação – SEMED já dispõe de estrutura administrativa e operacional necessária para acompanhamento, fiscalização e execução contratual do objeto pretendido.

13.3. A contratação será acompanhada por servidor formalmente designado pela Administração Pública Municipal, responsável pela fiscalização do fornecimento, acompanhamento da execução contratual e controle administrativo dos quantitativos utilizados.

### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES**

14.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes necessárias para execução integral do objeto da presente contratação.

14.2. O fornecimento pretendido possui autonomia operacional e administrativa, podendo ser executado independentemente de outras contratações realizadas pela Administração Pública Municipal.

### **15. IMPACTOS AMBIENTAIS**

15.1. Considerando a natureza do objeto pretendido, a futura contratação deverá observar integralmente as normas ambientais aplicáveis ao fornecimento, armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo.

15.2. A contratada deverá possuir todas as licenças ambientais, autorizações e regularizações exigidas pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.

15.3. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas, ambientais e de segurança estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais órgãos reguladores competentes.

15.4. A Administração Pública Municipal adotará medidas de fiscalização e controle visando assegurar que o fornecimento ocorra em conformidade com as exigências ambientais aplicáveis, reduzindo riscos de danos ambientais decorrentes da execução contratual.

### **16. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

16.1. A presente contratação mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, financeiro e administrativo, considerando a essencialidade do objeto para manutenção das

atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM.

16.2. A viabilidade técnica da contratação encontra-se demonstrada pela existência de empresas especializadas no ramo aptas a fornecer os produtos pretendidos, bem como pela compatibilidade dos insumos com os veículos, embarcações, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação.

16.3. A viabilidade operacional decorre da necessidade contínua de abastecimento da frota escolar terrestre e fluvial, indispensável para garantia do transporte dos alunos da rede pública municipal de ensino e continuidade das atividades administrativas e pedagógicas da SEMED.

16.4. A viabilidade econômica encontra-se demonstrada mediante levantamento de mercado realizado pela Administração Pública Municipal, evidenciando compatibilidade dos preços praticados com a realidade mercadológica e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa mediante realização de Pregão Eletrônico.

16.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui diretamente para viabilidade administrativa da contratação, permitindo maior controle do consumo, flexibilidade contratual, economicidade e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

16.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada, conveniente e plenamente viável para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM.

## **17. DA CONCLUSÃO**

17.1. Diante do exposto, conclui-se que o presente Estudo Técnico Preliminar demonstra adequadamente a necessidade da futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Borba/AM.

17.2. O estudo realizado evidencia que a solução proposta mostra-se técnica e economicamente viável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, competitividade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

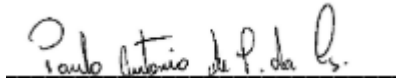
17.3. Conclui-se ainda que a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

17.4. Dessa forma, opina-se pelo prosseguimento do procedimento administrativo e adoção das providências necessárias para realização da contratação pretendida, observando integralmente as



disposições previstas na legislação aplicável.

Borba/AM, 15 de maio de 2026



Paulo Antônio de Paula da Cruz

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 0005/2025, de 01 de janeiro de 2025



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - SEMASDH**

### **1. OBJETO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### **2. REFERÊNCIA LEGAL**

2.1. O presente documento constitui etapa integrante da fase preparatória da contratação pública, elaborado com fundamento no art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como finalidade demonstrar a necessidade administrativa da contratação, analisar as soluções disponíveis no mercado e identificar a alternativa mais adequada para atendimento do interesse público e das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM.

2.2. A futura contratação observará integralmente as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência, competitividade e interesse público.

2.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como medida mais adequada para atendimento da presente demanda, considerando a natureza contínua, variável e parcelada do fornecimento, permitindo maior eficiência administrativa, melhor gerenciamento do consumo, flexibilidade contratual e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos, conforme necessidade da Administração Pública Municipal.

2.4. O presente Estudo Técnico Preliminar também busca assegurar adequada aplicação dos recursos públicos, eficiência no planejamento administrativo e continuidade das atividades institucionais vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM.

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

3.1. A presente contratação tem como finalidade garantir o fornecimento contínuo de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo destinados ao abastecimento, conservação e funcionamento da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM, assegurando suporte adequado às atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela secretaria.

3.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH desempenha papel fundamental na execução das políticas públicas de assistência social do Município de Borba/AM, sendo responsável pelo atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhamento de programas assistenciais, ações socioassistenciais, visitas técnicas, acompanhamento familiar e execução de atividades vinculadas à proteção social básica e especial.

3.3. Para desenvolvimento regular dessas atividades, torna-se indispensável a manutenção permanente do abastecimento da frota municipal utilizada no deslocamento das equipes técnicas, acompanhamento de usuários dos programas sociais, realização de visitas domiciliares, atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, transporte de materiais e execução das ações institucionais desenvolvidas pela SEMASDH.

3.4. Considerando as características geográficas do Município de Borba/AM, especialmente quanto à necessidade de deslocamentos terrestres e fluviais para atendimento das comunidades localizadas em áreas rurais e ribeirinhas, a disponibilidade contínua dos insumos objeto desta contratação revela-se indispensável para garantir continuidade e eficiência das atividades assistenciais executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

3.5. Os combustíveis e derivados de petróleo constituem insumos essenciais para operacionalização da frota vinculada à SEMASDH, permitindo execução das ações socioassistenciais, deslocamento das equipes multidisciplinares, acompanhamento das famílias atendidas pelos programas sociais e suporte às atividades institucionais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

3.6. Os lubrificantes, fluidos e graxas possuem importância significativa para manutenção preventiva e corretiva dos veículos, embarcações, máquinas e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, contribuindo diretamente para redução dos desgastes mecânicos, melhoria das condições operacionais da frota, aumento da vida útil dos equipamentos públicos e redução de despesas decorrentes de manutenções corretivas emergenciais.

3.7. O gás de cozinha será utilizado nas unidades, centros assistenciais, programas sociais e demais dependências vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos

Humanos – SEMASDH, garantindo suporte adequado às atividades institucionais e assistenciais desenvolvidas pela secretaria.

3.8. A indisponibilidade dos produtos pretendidos poderá ocasionar comprometimento das ações socioassistenciais executadas pela Administração Pública Municipal, dificultando deslocamentos das equipes técnicas, acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, execução dos programas assistenciais e continuidade dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

3.9. Os quantitativos estimados foram definidos com base em levantamento técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, considerando histórico de consumo da frota municipal, demandas operacionais existentes, quantidade de veículos e equipamentos utilizados pela secretaria e necessidade de manutenção de estoque administrativo suficiente para assegurar continuidade das atividades institucionais durante o exercício de 2026.

3.10. A utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como alternativa mais adequada à presente contratação, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e conforme necessidade da Administração Pública Municipal, permitindo maior flexibilidade contratual, eficiência no controle do consumo e melhor gerenciamento da aplicação dos recursos públicos.

3.11. A adoção da modalidade Pregão Eletrônico também se demonstra mais vantajosa para Administração Pública Municipal, tendo em vista a ampliação da competitividade entre fornecedores, maior transparência do procedimento licitatório, agilidade processual e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

3.12. Assim, verifica-se que a presente contratação possui caráter indispensável para manutenção das atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, sendo medida necessária para assegurar continuidade, eficiência e regularidade dos serviços socioassistenciais executados pelo Município de Borba/AM.

#### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

4.1. O presente Estudo Técnico Preliminar não contempla o inciso II, §1º, do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o Município de Borba/AM ainda não possui formalmente instituído o Plano de Contratações Anual – PCA.

4.2. Entretanto, a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo e operacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, considerando a necessidade contínua de manutenção da frota municipal utilizada nas atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela secretaria.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. CONDIÇÃO:**

A contratação será formalizada mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, observando integralmente as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

5.2. O fornecimento dos produtos ocorrerá de forma contínua e parcelada, conforme necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, mediante emissão de requisição formal expedida pela Administração Pública Municipal.

5.3. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e exigências estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, sendo vedado o fornecimento de produtos adulterados, contaminados ou em desacordo com as normas técnicas aplicáveis.

5.4. Os lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas dos fabricantes dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

5.5. O gás de cozinha deverá ser fornecido devidamente acondicionado, lacrado e em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis ao produto, garantindo adequadas condições de utilização nas unidades e programas vinculados à SEMASDH.

5.6. A contratada deverá possuir autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, bem como apresentar todas as licenças, autorizações e regularizações exigidas pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.

5.7. O fornecimento deverá ocorrer imediatamente após emissão das requisições formais expedidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, considerando a natureza contínua e essencial da contratação.

5.8. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, armazenamento, entrega, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à perfeita execução contratual.

5.9. Os produtos fornecidos deverão observar padrões adequados de qualidade, segurança operacional, durabilidade e desempenho, assegurando pleno atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

5.10. A contratada deverá substituir imediatamente, sem ônus adicional para Administração Pública Municipal, qualquer produto fornecido em desacordo com as especificações técnicas, exigências de qualidade ou condições previstas no Termo de Referência.

5.11. Durante toda execução contratual, a contratada deverá manter integralmente todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade operacional exigidas no procedimento licitatório.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS**

6.1. Os quantitativos previstos para a presente contratação foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, considerando histórico de consumo da frota municipal, demandas operacionais existentes, quantidade de veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela secretaria, bem como necessidade de manutenção da continuidade das atividades institucionais durante o exercício de 2026.

6.2. São estimadas as seguintes quantidades para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMASDH:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>1</b>	<b>GASOLINA COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>12.000</b>
<b>2</b>	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>170</b>
<b>3</b>	<b>GÁS DE COZINHA BOTIJA P13</b>	<b>UND</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>ÓLEO DIESEL COMUM</b>	<b>LITROS</b>	<b>9.196</b>
<b>5</b>	<b>ÓLEO DIESEL S10</b>	<b>LITROS</b>	<b>3.310</b>
<b>7</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>3</b>
<b>8</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>6</b>
<b>9</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS</b>	<b>BALDE</b>	<b>5</b>
<b>10</b>	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO</b>	<b>LITROS</b>	<b>5</b>

11	<b>GRAXA PARA LUBRIFICANTE MOTOR EMBALAGEM 1 KG</b>	<b>KG</b>	<b>30</b>
12	<b>ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L</b>	<b>LITROS</b>	<b>90</b>
13	<b>ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA</b>	<b>LITROS</b>	<b>7.000</b>

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

7.1. O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar fornecedores aptos ao fornecimento dos produtos pretendidos, bem como avaliar as soluções disponíveis no mercado relacionadas ao abastecimento da frota municipal e fornecimento contínuo dos insumos necessários às atividades assistenciais, administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

7.2. Para realização do levantamento foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, atas de registro de preços vigentes, sistemas oficiais de compras públicas, pesquisas junto ao mercado fornecedor e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável.

7.3. A análise realizada demonstrou a existência de empresas especializadas no ramo aptas a atender integralmente as necessidades da Administração Pública Municipal, especialmente quanto ao fornecimento contínuo de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo.

7.4. Também foram avaliados aspectos relacionados à qualidade dos produtos, regularidade das empresas perante os órgãos competentes, capacidade operacional de fornecimento, logística de abastecimento e conformidade dos produtos com as exigências técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

7.5. Considerando a natureza contínua da demanda e necessidade de fornecimento parcelado conforme consumo administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, verificou-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta maior vantagem para Administração Pública Municipal, permitindo flexibilidade contratual, eficiência no controle do consumo e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

7.6. A modalidade Pregão Eletrônico também foi identificada como solução mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da competitividade entre fornecedores, maior transparência do procedimento licitatório, celeridade processual e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.



7.7. Dessa forma, conclui-se que o levantamento de mercado demonstra viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação pretendida, assegurando atendimento adequado das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM.

## **8. ESTIMATIVA DO PREÇO OU PREÇOS REFERENCIAIS DA CONTRATAÇÃO.**

8.1. Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da presente contratação possuirá caráter sigiloso, visando assegurar maior competitividade, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

8.2. O sigilo do orçamento não prejudicará a divulgação das especificações técnicas, quantitativos estimados e demais informações necessárias à elaboração das propostas comerciais pelos licitantes.

8.3. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, sistemas oficiais de compras públicas, atas de registro de preços vigentes, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável.

8.4. O orçamento estimado permanecerá restrito aos agentes públicos responsáveis pela condução do procedimento licitatório e aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

8.5. A adoção do orçamento sigiloso mostra-se adequada à natureza da presente contratação, considerando a necessidade de ampliação da competitividade entre os licitantes e busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

8.6. O valor estimado da contratação será tornado público após encerramento da fase de lances e negociação, na forma prevista pela Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. Diante das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH e considerando as soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

9.2. A solução proposta visa assegurar continuidade das atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, especialmente quanto ao deslocamento das equipes técnicas,



atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, execução dos programas sociais e manutenção da frota vinculada à secretaria.

9.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade administrativa da SEMASDH, mediante emissão de requisição formal expedida pela Administração Pública Municipal, permitindo maior controle administrativo do consumo, eficiência na gestão contratual, redução de desperdícios e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

9.4. A solução proposta mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para Administração Pública Municipal, considerando a natureza contínua da demanda, necessidade permanente de abastecimento da frota municipal e essencialidade dos insumos para manutenção das atividades socioassistenciais do Município de Borba/AM.

9.5. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá maior eficiência na gestão administrativa, otimização da aplicação dos recursos públicos, redução de riscos de desabastecimento e melhor planejamento operacional das demandas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

9.6. A modalidade Pregão Eletrônico apresenta-se como solução mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da competitividade, maior transparência do procedimento licitatório, celeridade processual, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

9.7. Dessa forma, a solução proposta atende integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, assegurando continuidade, regularidade e eficiência das atividades socioassistenciais desenvolvidas pelo Município de Borba/AM.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

10.1. No presente caso, aplica-se a regra do parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a divisão dos itens mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal.

10.2. O parcelamento do objeto visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando maior participação de empresas especializadas no fornecimento dos produtos pretendidos, além de contribuir para obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

10.3. A divisão dos itens também permite maior eficiência na execução contratual, melhor controle administrativo do fornecimento e gestão mais adequada dos quantitativos utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

10.4. O parcelamento adotado não ocasiona prejuízo à economia de escala, tampouco compromete padronização, qualidade ou eficiência do fornecimento pretendido pela Administração Pública Municipal.

10.5. Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente recomendável para presente contratação, observando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e interesse público.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas, operacionais e assistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, especialmente quanto à manutenção da frota municipal utilizada no atendimento das ações socioassistenciais, deslocamento das equipes técnicas e execução dos programas sociais desenvolvidos pelo Município de Borba/AM.

11.2. Embora o Município de Borba/AM ainda não possua formalmente instituído o Plano Anual de Contratações – PCA, a presente demanda encontra-se prevista no planejamento interno da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, considerando a necessidade contínua de abastecimento e manutenção da frota utilizada nas atividades institucionais da secretaria.

11.3. A contratação também se encontra alinhada aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, economicidade e interesse público, assegurando regularidade na execução das ações socioassistenciais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar continuidade, eficiência e regularidade das atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM.

12.2. Com a futura contratação pretende-se garantir abastecimento contínuo da frota municipal utilizada no deslocamento das equipes técnicas, acompanhamento das famílias atendidas pelos programas sociais, realização de visitas domiciliares, atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas e execução das ações socioassistenciais desenvolvidas pela secretaria.

12.3. Pretende-se também assegurar funcionamento adequado dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, garantindo continuidade das atividades institucionais e administrativas desenvolvidas pelo Município.

12.4. A contratação contribuirá diretamente para redução de paralisações da frota municipal, melhoria das condições operacionais dos equipamentos públicos, redução de custos com

manutenções corretivas emergenciais e fortalecimento das atividades socioassistenciais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

12.5. Busca-se ainda proporcionar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, controle administrativo do consumo, economicidade na gestão contratual e continuidade regular dos serviços assistenciais executados pelo Município de Borba/AM.

12.6. Os resultados pretendidos também envolvem fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, melhoria da logística administrativa e garantia de suporte adequado às atividades institucionais e programas sociais desenvolvidos pela Administração Pública Municipal.

### **13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

13.1. Não se identificam providências prévias relevantes a serem adotadas pela Administração Pública Municipal antes da formalização da contratação pretendida.

13.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH já dispõe de estrutura administrativa e operacional necessária para acompanhamento, fiscalização e execução contratual do objeto pretendido.

13.3. A contratação será acompanhada por servidor formalmente designado pela Administração Pública Municipal, responsável pela fiscalização do fornecimento, acompanhamento da execução contratual e controle administrativo dos quantitativos utilizados.

### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES**

14.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes necessárias para execução integral do objeto da presente contratação.

14.2. O fornecimento pretendido possui autonomia operacional e administrativa, podendo ser executado independentemente de outras contratações realizadas pela Administração Pública Municipal.

### **15. IMPACTOS AMBIENTAIS**

15.1. Considerando a natureza do objeto pretendido, a futura contratação deverá observar integralmente as normas ambientais aplicáveis ao fornecimento, armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo.

15.2. A contratada deverá possuir todas as licenças ambientais, autorizações e regularizações exigidas pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.

15.3. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas, ambientais e de segurança estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais órgãos reguladores competentes.

15.4. A Administração Pública Municipal adotará medidas de fiscalização e controle visando assegurar que o fornecimento ocorra em conformidade com as exigências ambientais aplicáveis, reduzindo riscos de danos ambientais decorrentes da execução contratual.

## **16. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

16.1. A presente contratação mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, financeiro e administrativo, considerando a essencialidade do objeto para manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM.

16.2. A viabilidade técnica encontra-se demonstrada pela existência de empresas especializadas no ramo aptas a fornecer os produtos pretendidos, bem como pela compatibilidade dos insumos com os veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Administração Pública Municipal.

16.3. A viabilidade operacional decorre da necessidade contínua de abastecimento da frota municipal, indispensável para garantia das atividades assistenciais, administrativas e institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH.

16.4. A viabilidade econômica encontra-se demonstrada mediante levantamento de mercado realizado pela Administração Pública Municipal, evidenciando compatibilidade dos preços praticados com a realidade mercadológica e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa mediante realização de Pregão Eletrônico.

16.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui diretamente para viabilidade administrativa da contratação, permitindo maior controle do consumo, flexibilidade contratual, economicidade e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

16.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada, conveniente e plenamente viável para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de Borba/AM.

## **17. DA CONCLUSÃO**

17.1. O presente Estudo Técnico Preliminar demonstrou a necessidade e viabilidade da futura contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH do Município de

Borba/AM.

17.2. Conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa, recomendando-se o prosseguimento do procedimento licitatório.

Borba/AM, 15 de maio de 2026



**NIXON RICARDO CARDOSO DA FONSECA**  
*Secretário Municipal de Assistência Social e  
Direitos Humanos*

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - SEMSA**

### **OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### **2. REFERÊNCIA LEGAL**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi desenvolvido em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, integrando a etapa de planejamento da contratação pública e tendo por finalidade demonstrar a necessidade administrativa da futura contratação, bem como identificar a solução mais adequada às demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.

2.2. A futura contratação observará as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à matéria.

2.3. Considerando a natureza contínua e variável da demanda administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, verifica-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como mecanismo mais eficiente para gerenciamento do fornecimento, permitindo aquisições conforme necessidade da Administração Pública Municipal e maior controle sobre o consumo dos produtos.

2.4. O presente estudo também busca assegurar planejamento eficiente da contratação, racionalização da aplicação dos recursos públicos e continuidade das ações e serviços públicos de saúde executados pelo Município de Borba/AM.

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

3.1. A futura contratação destina-se ao fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo necessários ao abastecimento, funcionamento e manutenção da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.



3.2. A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA é responsável pela coordenação e execução das ações vinculadas ao Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, atuando diretamente nos atendimentos das unidades de saúde, serviços ambulatoriais, transporte sanitário, campanhas de vacinação, visitas técnicas, atendimentos médicos, ações preventivas e suporte operacional às atividades assistenciais desenvolvidas no município.

3.3. Em razão da dimensão territorial do Município de Borba/AM e da existência de comunidades localizadas em áreas urbanas, rurais e ribeirinhas, torna-se indispensável a utilização contínua da frota municipal para deslocamento das equipes de saúde, atendimento das demandas assistenciais e transporte de pacientes.

3.4. Os combustíveis serão empregados no abastecimento de ambulâncias, embarcações, veículos administrativos, motocicletas e demais equipamentos utilizados nas ações de saúde pública, especialmente no transporte sanitário, deslocamento das equipes multiprofissionais, remoção de pacientes e atendimento das comunidades de difícil acesso.

3.5. Os lubrificantes, fluidos e graxas possuem função essencial na conservação e manutenção preventiva dos veículos e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, contribuindo para preservação da frota municipal, redução de falhas mecânicas, melhoria do desempenho operacional e diminuição dos custos relacionados a manutenções corretivas.

3.6. O gás de cozinha será destinado às unidades de saúde, postos de atendimento, centros de apoio e demais dependências vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, garantindo suporte adequado ao funcionamento das atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas pela secretaria.

3.7. A ausência dos produtos objeto da presente contratação poderá comprometer significativamente a execução das atividades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, ocasionando interrupção do transporte sanitário, paralisação de ambulâncias e embarcações, dificuldades no deslocamento das equipes técnicas e prejuízos diretos ao atendimento da população.

3.8. Os quantitativos previstos foram definidos a partir de levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, considerando histórico de consumo, quantidade de veículos e equipamentos utilizados pela secretaria, rotas terrestres e fluviais executadas e necessidade de manutenção das atividades assistenciais durante o exercício de 2026.

3.9. O Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução mais vantajosa para Administração Pública Municipal, considerando que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, permitindo maior controle operacional, flexibilidade contratual e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente consumidos.



3.10. A realização do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico também se mostra mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da concorrência entre fornecedores, maior transparência do certame, celeridade processual e busca pela proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

3.11. Diante do exposto, verifica-se que a contratação pretendida possui caráter indispensável para continuidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, garantindo regularidade dos serviços públicos de saúde ofertados à população do Município de Borba/AM.

#### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

4.1. O Município de Borba/AM ainda não possui Plano de Contratações Anual formalmente instituído, razão pela qual a presente contratação não contempla a previsão constante no inciso II, §1º, do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Apesar disso, a contratação encontra-se compatível com as necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, considerando a necessidade contínua de abastecimento e manutenção da frota utilizada na execução das ações e serviços públicos de saúde do município.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **5.1. CONDIÇÃO:**

A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, observando as disposições previstas na legislação vigente e demais normas aplicáveis à matéria.

5.2. O fornecimento dos produtos ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, mediante emissão de requisição formal expedida pela Administração Pública Municipal.

5.3. Os combustíveis deverão atender integralmente aos padrões de qualidade e especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, sendo vedado o fornecimento de produtos adulterados ou incompatíveis com as normas técnicas aplicáveis.

5.4. Os lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas dos fabricantes dos veículos, embarcações, máquinas e equipamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

5.5. O gás de cozinha deverá ser entregue devidamente acondicionado, lacrado e em conformidade com as exigências de segurança e normas técnicas vigentes.

5.6. A empresa contratada deverá possuir autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, além das demais licenças e regularizações exigidas pelos órgãos competentes.

5.7. O fornecimento deverá ocorrer imediatamente após emissão das requisições expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, considerando a essencialidade dos produtos para manutenção das atividades assistenciais e operacionais da secretaria.

5.8. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, armazenamento, entrega, encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias à execução contratual.

5.9. Os produtos fornecidos deverão apresentar adequadas condições de qualidade, segurança e desempenho, assegurando pleno atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

5.10. A contratada deverá realizar substituição imediata dos produtos fornecidos em desacordo com as especificações técnicas ou exigências estabelecidas pela Administração Pública Municipal.

5.11. Durante toda execução contratual, deverão ser mantidas todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade operacional exigidas no procedimento licitatório.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS**

6.1. Os quantitativos previstos para a presente contratação foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, considerando histórico de consumo da frota municipal, demandas operacionais das unidades de saúde, quantidade de veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela secretaria, bem como a necessidade de manutenção contínua das atividades assistenciais e administrativas durante o exercício de 2026.

6.2. Os quantitativos possuem natureza estimativa, podendo sofrer variações conforme necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, sendo pagos apenas os quantitativos efetivamente fornecidos durante a execução contratual.

6.4. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, segurança operacional, desempenho e compatibilidade com os veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Administração Pública Municipal.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	27.338
2	GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO	UND	470
3	GÁS DE COZINHA BOTIJA P13	UND	382
4	ÓLEO DIESEL COMUM	LITROS	4.585
5	ÓLEO DIESEL S10	LITROS	4.154
6	ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL USA 15W40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	5
7	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	2
8	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	4
9	GRAXA LUBRIFICANTE LATA DE 20 KG	LATA	10
10	FLUIDO PARA FREIO FRASCO 500 ML	UND	14
11	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO	LITROS	30
12	OLEO LUBRIFICANTE HIDRAULICO 68 EMBALAGEM DE 1 LITRO	LITROS	62
13	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L	LITROS	219
14	ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA	LITROS	7280

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. A análise de mercado foi realizada com a finalidade de identificar fornecedores aptos ao atendimento da demanda administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, bem como verificar as soluções disponíveis para fornecimento contínuo dos produtos pretendidos.

7.2. Para elaboração do presente levantamento foram considerados preços praticados no mercado regional, pesquisas junto a fornecedores do ramo, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, atas de registro de preços vigentes e sistemas oficiais de compras públicas.

7.3. A avaliação realizada demonstrou a existência de empresas especializadas aptas ao fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, evidenciando viabilidade competitiva para realização do procedimento licitatório.

7.4. Também foram analisados aspectos relacionados à regularidade das empresas perante os órgãos competentes, capacidade operacional de fornecimento, logística de abastecimento, qualidade dos produtos e conformidade com as exigências estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

7.5. Considerando a necessidade contínua de abastecimento da frota utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, verificou-se que o Sistema de Registro de Preços representa alternativa mais adequada para Administração Pública Municipal, permitindo maior controle do consumo, flexibilidade contratual e fornecimento parcelado conforme necessidade administrativa.

7.6. A modalidade Pregão Eletrônico também se apresenta como solução mais vantajosa para presente contratação, considerando ampliação da competitividade entre fornecedores, maior transparência do procedimento licitatório, economicidade na aplicação dos recursos públicos e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

7.7. Dessa forma, conclui-se que a análise de mercado demonstra viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação pretendida, assegurando atendimento adequado das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.

## **8. ESTIMATIVA DO PREÇO OU PREÇOS REFERENCIAIS DA CONTRATAÇÃO.**

8.1. Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da presente contratação possuirá caráter sigiloso, visando assegurar maior competitividade, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

8.2. O sigilo do orçamento não impedirá a divulgação das especificações técnicas, quantitativos estimados e demais informações necessárias à elaboração das propostas comerciais pelos licitantes.

8.3. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, sistemas oficiais de compras públicas, atas de registro de preços vigentes, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável.

8.4. O orçamento estimado permanecerá restrito aos agentes públicos responsáveis pela

condução do procedimento licitatório e aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

8.5. A adoção do orçamento sigiloso mostra-se adequada à natureza da presente contratação, considerando a necessidade de ampliação da competitividade entre os licitantes e busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

8.6. O valor estimado da contratação será tornado público após encerramento da fase de lances e negociação, na forma prevista pela Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. Diante das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e considerando as alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo, mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

9.2. A solução proposta visa assegurar continuidade das atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, especialmente quanto ao transporte sanitário, deslocamento das equipes técnicas, abastecimento das ambulâncias e atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas.

9.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, mediante emissão de requisição formal expedida pela Administração Pública Municipal, permitindo maior controle do consumo, eficiência na gestão contratual e redução de desperdícios.

9.4. A solução proposta mostra-se técnica e economicamente vantajosa para Administração Pública Municipal, considerando a necessidade contínua de abastecimento da frota municipal e essencialidade dos produtos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

9.5. A utilização do Sistema de Registro de Preços proporcionará maior eficiência administrativa, flexibilidade contratual, melhor planejamento operacional e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

9.6. A modalidade Pregão Eletrônico apresenta-se como solução mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da competitividade, maior transparência do procedimento licitatório, celeridade processual e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

9.7. Dessa forma, a solução proposta atende integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, assegurando continuidade, regularidade e eficiência das atividades assistenciais e operacionais desenvolvidas pelo Município de Borba/AM.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

10.1. No presente caso, aplica-se a regra do parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a divisão dos itens mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal.

10.2. O parcelamento do objeto possibilita maior participação de empresas especializadas no fornecimento dos produtos pretendidos, contribuindo diretamente para ampliação da competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

10.3. A divisão dos itens também proporciona maior eficiência no gerenciamento contratual, melhor controle administrativo do fornecimento e gestão adequada dos quantitativos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

10.4. O parcelamento adotado não ocasiona prejuízo à economia de escala, tampouco compromete a padronização, qualidade ou eficiência do fornecimento pretendido pela Administração Pública Municipal.

10.5. Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente recomendável para presente contratação, observando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e interesse público.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas, operacionais e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, especialmente quanto à manutenção da frota utilizada no transporte sanitário, deslocamento das equipes de saúde e execução das ações desenvolvidas no âmbito da saúde pública municipal.

11.2. Embora o Município de Borba/AM ainda não possua Plano Anual de Contratações formalmente instituído, a demanda encontra-se prevista no planejamento interno da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, considerando a necessidade contínua de abastecimento e manutenção da frota municipal.

11.3. A contratação também se mostra compatível com os princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, economicidade e interesse público, assegurando regularidade na prestação dos serviços de saúde ofertados à população do Município de Borba/AM.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**



12.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar continuidade, eficiência e regularidade das atividades assistenciais, administrativas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.

12.2. Com a futura contratação pretende-se garantir abastecimento contínuo da frota municipal utilizada no transporte sanitário, deslocamento das equipes multiprofissionais, remoção de pacientes, campanhas de vacinação, visitas técnicas e atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas.

12.3. Busca-se também assegurar funcionamento adequado dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, contribuindo para melhoria das condições operacionais da frota municipal.

12.4. A contratação contribuirá para redução de paralisações dos veículos e equipamentos utilizados nas ações de saúde pública, diminuição de custos com manutenções corretivas emergenciais e fortalecimento das atividades assistenciais executadas pela Administração Pública Municipal.

12.5. Pretende-se ainda proporcionar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, controle administrativo do consumo e continuidade regular dos serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Município de Borba/AM.

### **13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

13.1. Não se identificam providências prévias relevantes a serem adotadas pela Administração Pública Municipal antes da formalização da contratação pretendida.

13.2. A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA dispõe de estrutura administrativa e operacional suficiente para acompanhamento, fiscalização e execução contratual do objeto pretendido.

13.3. A execução contratual será acompanhada por servidor formalmente designado pela Administração Pública Municipal, responsável pela fiscalização do fornecimento, controle administrativo dos quantitativos utilizados e acompanhamento das obrigações contratuais.

### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

14.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução integral do objeto da presente contratação.

14.2. O fornecimento pretendido possui autonomia operacional e administrativa, podendo ser executado independentemente de outras contratações realizadas pela Administração Pública Municipal.

### **15. IMPACTOS AMBIENTAIS**



15.1. Em razão da natureza dos produtos pretendidos, a futura contratação deverá observar integralmente as normas ambientais aplicáveis ao fornecimento, armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo.

15.2. A empresa contratada deverá possuir todas as licenças, autorizações e regularizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.

15.3. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas e ambientais estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais órgãos reguladores competentes.

15.4. A Administração Pública Municipal adotará medidas de fiscalização e controle visando assegurar que o fornecimento ocorra em conformidade com as exigências ambientais aplicáveis, reduzindo riscos de danos ambientais decorrentes da execução contratual.

## **16. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

16.1. A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, financeiro e administrativo, considerando a essencialidade do objeto para manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.

16.2. A viabilidade técnica encontra-se demonstrada pela existência de empresas especializadas no ramo aptas ao fornecimento dos produtos pretendidos, bem como pela compatibilidade dos insumos com os veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Administração Pública Municipal.

16.3. A viabilidade operacional decorre da necessidade contínua de abastecimento da frota municipal utilizada nas ações de saúde pública, especialmente no transporte sanitário, deslocamento das equipes técnicas e atendimento das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas.

16.4. A viabilidade econômica encontra-se demonstrada mediante levantamento de mercado realizado pela Administração Pública Municipal, evidenciando compatibilidade dos preços praticados com a realidade mercadológica e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa mediante realização de Pregão Eletrônico.

16.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui para viabilidade administrativa da contratação, permitindo maior controle do consumo, flexibilidade contratual, eficiência na gestão dos quantitativos e pagamento apenas dos produtos efetivamente fornecidos.

16.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e plenamente viável para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.

## **17. DA CONCLUSÃO**

17.1. O presente Estudo Técnico Preliminar demonstrou a necessidade e viabilidade da futura contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas, gás de cozinha e derivados de petróleo destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA do Município de Borba/AM.

17.2. Conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa, recomendando-se o prosseguimento do procedimento licitatório.

Borba/AM, 15 de maio de 2026



---

CÍNTIA ROQUE DA SILVA FELIPE  
Secretário(a) Municipal de Saúde – SEMSA/PMB  
Decreto nº004/2025, de 01 de janeiro de 2025

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - SEMAP**

### **OBJETO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### **2. REFERÊNCIA LEGAL**

2.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os estudos técnicos necessários à contratação de solução destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP do Município de Borba/AM, em conformidade com as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas aplicáveis à matéria.

2.2. O Estudo Técnico Preliminar – ETP possui como finalidade demonstrar o interesse público envolvido na contratação, avaliar a melhor solução existente no mercado e subsidiar a elaboração do Termo de Referência, garantindo observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

2.3. Considerando a natureza contínua da demanda, bem como a necessidade de fornecimento parcelado conforme consumo da Administração Municipal, verifica-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se como solução mais adequada para o procedimento licitatório pretendido, possibilitando maior eficiência administrativa, controle de consumo, flexibilidade contratual e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/ JUSTIFICATIVA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

3.1. O presente procedimento tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo, destinados ao abastecimento e manutenção da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e demais equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Administração

e Planejamento – SEMAP do Município de Borba/AM.

3.2 A presente contratação é necessária para atender às demandas administrativas, operacionais e logísticas da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, considerando que o funcionamento regular da Administração Pública Municipal depende diretamente da utilização contínua da frota de veículos, embarcações, motores e equipamentos empregados no suporte às atividades institucionais desenvolvidas pelo Município de Borba/AM.

3.3 A contratação proposta justifica-se pela necessidade de assegurar abastecimento contínuo e manutenção adequada da frota municipal, garantindo suporte operacional às secretarias municipais, deslocamento de servidores, transporte de materiais, acompanhamento de serviços públicos, fiscalização administrativa, atendimento às comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas e execução das atividades indispensáveis ao funcionamento da estrutura administrativa municipal.

3.4 O Município de Borba/AM possui características geográficas específicas, especialmente em razão de sua grande extensão territorial e da necessidade constante de deslocamentos terrestres e fluviais entre a sede municipal, comunidades rurais e localidades ribeirinhas, circunstâncias que exigem manutenção contínua da frota pública em perfeitas condições de funcionamento. Nesse contexto, o fornecimento regular de combustíveis e derivados de petróleo mostra-se indispensável para garantir a continuidade das atividades executadas pela Administração Pública Municipal.

3.5 Os combustíveis possuem papel fundamental no abastecimento dos veículos leves, caminhões, motocicletas, embarcações, lanchas, voadeiras, motores estacionários e demais equipamentos utilizados diariamente pela Administração Municipal, permitindo a execução das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

Além disso, os combustíveis contribuem diretamente para manutenção da mobilidade institucional da Administração Pública, garantindo o deslocamento das equipes técnicas, apoio logístico às secretarias municipais, execução de atividades de campo, fiscalização administrativa e atendimento das demandas públicas municipais.

3.6 No que se refere aos lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo, sua aquisição visa assegurar a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, contribuindo diretamente para preservação das condições mecânicas dos veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Borba/AM.

A utilização adequada desses insumos possibilita redução de desgastes prematuros, aumento da vida útil dos motores, melhoria do desempenho operacional da frota, diminuição dos custos relacionados à manutenção corretiva emergencial e maior segurança no funcionamento dos veículos e embarcações utilizados pela Administração Municipal.

3.7 A manutenção preventiva da frota pública constitui medida indispensável para preservação do patrimônio público municipal, considerando que a utilização contínua dos veículos e equipamentos exige acompanhamento técnico permanente e utilização de produtos adequados para garantir pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais do Município.

3.8 Além da manutenção da estrutura operacional da Administração Municipal, os combustíveis e derivados de petróleo desempenham papel essencial na continuidade dos serviços públicos executados pelas secretarias municipais, contribuindo diretamente para o funcionamento das ações institucionais, atividades administrativas e atendimento das demandas públicas da população do Município de Borba/AM.

3.9 A ausência dos referidos insumos poderá ocasionar paralisação parcial ou total da frota municipal, comprometimento das atividades administrativas, interrupção de deslocamentos institucionais, dificuldades logísticas, atraso na execução dos serviços públicos e prejuízos diretos ao funcionamento da Administração Pública Municipal.

3.10 Dessa forma, a futura contratação apresenta-se como medida estratégica para fortalecimento da estrutura operacional do Município de Borba/AM, garantindo melhores condições de funcionamento da frota pública, maior eficiência administrativa, continuidade das atividades institucionais e suporte adequado às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

3.11 Ressalta-se ainda que a presente contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, garantindo que a Administração Municipal disponha de insumos adequados para manutenção da frota pública e execução das atividades administrativas e operacionais do Município de Borba/AM.

3.12 Assim, conclui-se que a realização do presente procedimento licitatório é fundamental e plenamente justificada, uma vez que visa assegurar melhores condições operacionais à Administração Municipal, continuidade dos serviços públicos, preservação da frota pública e fortalecimento das atividades institucionais executadas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

#### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

4.1 O presente Estudo Técnico Preliminar não contempla o inciso II, § 1º, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a necessidade de demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, em razão de que, ainda, não existe, no Município de Borba-AM, o referido Plano.

4.2 O item correspondente à futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo, destinados ao abastecimento e manutenção da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e demais equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP do

Município de Borba/AM, encontra-se alinhado ao planejamento administrativo e operacional da Administração Municipal para o exercício de 2026.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. CONDIÇÃO

A contratação será formalizada mediante **processo licitatório**, observando-se as disposições legais aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 023/2024 e demais normas pertinentes.

A empresa vencedora deverá atender às seguintes condições:

- a) Fornecer combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Garantir fornecimento imediato dos combustíveis mediante apresentação de requisição expedida pela Administração Municipal;
- c) Fornecer os produtos em perfeitas condições de uso, armazenamento, acondicionamento e qualidade;
- d) Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento, integridade e fornecimento dos produtos até os locais indicados pela Administração Municipal, quando for o caso;
- e) Substituir, sem ônus adicional para a Administração Pública, qualquer produto que apresentar defeito, contaminação, adulteração ou divergência em relação às especificações contratadas;
- f) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- g) Apresentar documentação fiscal, jurídica, trabalhista e técnica regular, conforme exigido pela legislação vigente;
- h) Emitir nota fiscal compatível com os produtos efetivamente fornecidos e valores adjudicados;
- i) Observar integralmente as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- j) Responsabilizar-se integralmente pelas despesas relativas ao transporte, entrega, armazenamento e descarregamento dos produtos fornecidos;
- k) Cumprir integralmente as condições do contrato, mantendo padrão de qualidade, regularidade do abastecimento e atendimento às normas técnicas aplicáveis.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS

a. São estimadas as seguintes quantidades e exigências:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	GASOLINA COMUM	LITROS	61.844
2	GÁS DE COZINHA BOTIJA DE 13 KG, REPOSIÇÃO	UND	50
3	GÁS DE COZINHA BOTIJA P13	UND	96
4	ÓLEO DIESEL COMUM	LITROS	63.252
5	ÓLEO DIESEL S10	LITROS	101.934
6	ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL USA 15W40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	30
7	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 68 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	116
8	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	168
9	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 40 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	206
10	ÓLEO LUBRIFICANTE USA 140 BALDE DE 20 LITROS	BALDE	84
11	FLUIDO PARA FREIO FRASCO 500 ML	UND	112
12	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL MULTIVISCOSO 20W50 MOTOR 4T EMBALAGEM DE 1 LITRO	LITROS	68
13	ÓLEO LUBRIFICANTE TURBO DIESEL 15W40 EMBALAGEM DE 20 LITROS	LITROS	122
14	GRAXA PARA LUBRIFICANTE MOTOR EMBALAGEM 1 KG	KG	26
15	ÓLEO LUBRIFICANTES 20W40 20L	LITROS	72
16	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO 2T TC-W3, destinado para motores de popa. Embalagem de 1L	LITROS	3.576
17	ÓLEO DIESEL, USO MARÍTIMO, APRESENTAÇÃO DMA	LITROS	1.114

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO



O levantamento de mercado é etapa essencial para garantir a adequada instrução do processo licitatório destinado à futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo destinados ao abastecimento e manutenção da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e demais equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP do Município de Borba/AM.

7.1 Para realização deste levantamento, foram consideradas as soluções disponíveis no mercado, bem como aspectos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos relacionados ao fornecimento de combustíveis e derivados de petróleo, observando-se as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

7.2 A análise mercadológica teve como objetivo identificar empresas aptas a atender plenamente às necessidades da Administração Municipal, considerando critérios relacionados à qualidade dos produtos, regularidade do fornecimento, capacidade operacional, logística de abastecimento, atendimento às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e viabilidade de fornecimento parcelado conforme necessidade administrativa.

7.3 Diante das necessidades identificadas neste estudo, verificou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo, considerando que o mercado possui número significativo de fornecedores aptos a atender o objeto pretendido, fator que demonstra a viabilidade de competição e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

7.4 A contratação dos referidos insumos configura-se como necessidade essencial para manutenção da estrutura administrativa e operacional do Município de Borba/AM, considerando que o funcionamento da frota pública depende diretamente do abastecimento contínuo e da manutenção preventiva adequada dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Administração Municipal.

7.5 Para o fornecimento dos combustíveis e derivados de petróleo, o levantamento de mercado foi realizado com base nos seguintes critérios:

7.6 Qualidade dos Produtos: Foram analisadas a procedência, qualidade, regularidade e conformidade técnica dos combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo ofertados pelas empresas pesquisadas, observando-se atendimento às normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, condições adequadas de armazenamento, integridade dos produtos e garantia de fornecimento seguro e eficiente para utilização na frota municipal.

7.7 Capacidade de Atendimento: Avaliou-se a capacidade operacional das empresas em garantir abastecimento contínuo da frota pública, fornecimento parcelado dos produtos, cumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração Municipal e disponibilidade operacional suficiente para

atendimento das demandas administrativas e institucionais do Município de Borba/AM.

7.8 Preço Médio de Mercado: Foi realizada pesquisa junto a fornecedores, atas de registro de preços, sistemas oficiais e contratações similares realizadas por órgãos públicos, objetivando a aferição dos preços médios praticados no mercado para fornecimento dos combustíveis e derivados de petróleo descritos neste Estudo Técnico Preliminar.

7.9 A análise comparativa dos valores permitiu estabelecer parâmetros compatíveis com a realidade mercadológica regional, assegurando que a Administração Pública realize contratação vantajosa e compatível com os princípios da economicidade e eficiência.

7.10 Conformidade Técnica e Legal: Verificou-se a regularidade fiscal, jurídica, trabalhista e operacional das empresas pesquisadas, bem como atendimento às normas técnicas aplicáveis ao fornecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo.

7.11 Além disso, foram analisadas diferentes soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda administrativa, considerando alternativas como contratação por demanda específica, fornecimento contínuo mediante contrato administrativo tradicional e utilização do Sistema de Registro de Preços.

7.12 Após análise técnica e operacional das soluções disponíveis, verificou-se que o Sistema de Registro de Preços apresenta maior vantajosidade para a Administração Pública, considerando a natureza contínua da demanda e a necessidade de fornecimento parcelado conforme consumo efetivo da frota municipal.

7.13 O Sistema de Registro de Preços possibilita maior flexibilidade administrativa, controle eficiente de consumo, redução de desperdícios, aquisição conforme necessidade da Administração Municipal e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7.14 A modalidade Pregão Eletrônico também se apresenta como a mais adequada para realização do procedimento licitatório, considerando tratar-se de bens comuns cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, permitindo ampla participação de fornecedores, maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7.15 Sob o ponto de vista técnico e operacional, a contratação pretendida assegurará continuidade das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pela Administração Municipal, garantindo suporte adequado às secretarias municipais, manutenção da frota pública e fortalecimento da estrutura operacional do Município de Borba/AM.

7.16 Os dados coletados demonstram que o mercado possui plena capacidade de atender satisfatoriamente à demanda apresentada, garantindo fornecimento regular, seguro e eficiente dos combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo necessários ao funcionamento da Administração Pública Municipal.

7.17 Assim, o levantamento de mercado realizado fundamenta a elaboração dos critérios técnicos e econômicos do procedimento licitatório, assegurando contratação compatível com as necessidades administrativas da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP e observância aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

## **8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da presente contratação possuirá caráter sigiloso, visando assegurar maior competitividade, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

8.2. O sigilo do orçamento não prejudicará a divulgação do detalhamento quantitativo do objeto pretendido, permanecendo disponíveis aos licitantes todas as especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de fornecimento e demais informações necessárias para elaboração das propostas comerciais.

8.3. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, sistemas oficiais de compras públicas, atas de registro de preços vigentes, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável, observando critérios de vantajosidade, compatibilidade mercadológica e economicidade.

8.4. O orçamento estimado permanecerá restrito e será disponibilizado apenas aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos agentes públicos diretamente responsáveis pela condução do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

8.5. A adoção do orçamento sigiloso mostra-se adequada à presente contratação, considerando a natureza do objeto, necessidade de ampliação da competitividade entre os licitantes e busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

8.6. O valor estimado da contratação será tornado público após encerramento da fase de lances e negociação, na forma prevista pela Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. Diante das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP e considerando as soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada consiste na futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos e derivados de petróleo, destinados ao abastecimento e manutenção da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP durante o exercício de 2026, mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

9.2. A solução proposta visa assegurar continuidade das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, especialmente quanto ao abastecimento da frota administrativa, deslocamento de servidores, acompanhamento de serviços públicos, apoio logístico às secretarias municipais e execução das demandas operacionais da Administração Pública Municipal.

9.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade administrativa da SEMAP, mediante emissão de requisição formal expedida pela Administração Pública Municipal, permitindo maior controle administrativo do consumo, eficiência na gestão contratual, redução de desperdícios e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

9.4. A solução proposta mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para Administração Pública Municipal, considerando a natureza contínua da demanda, necessidade permanente de abastecimento da frota municipal e essencialidade dos insumos para manutenção das atividades administrativas e operacionais do Município de Borba/AM.

9.5. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá maior eficiência na gestão administrativa, otimização da aplicação dos recursos públicos, redução de riscos de desabastecimento e melhor planejamento operacional das demandas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

9.6. A modalidade Pregão Eletrônico apresenta-se como solução mais adequada para presente contratação, considerando ampliação da competitividade, maior transparência do procedimento licitatório, celeridade processual, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

9.7. Dessa forma, a solução proposta atende integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, assegurando continuidade, regularidade e eficiência das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelo Município de Borba/AM.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

10.1. No presente caso, aplica-se a regra do parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a divisão dos itens mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa para Administração Pública Municipal.

10.2. O parcelamento do objeto visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando maior participação de empresas especializadas no fornecimento dos produtos pretendidos, além de contribuir para obtenção da proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal.

10.3. A divisão dos itens também permite maior eficiência na execução contratual, melhor

controle administrativo do fornecimento e gestão mais adequada dos quantitativos utilizados pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

10.4. O parcelamento adotado não ocasiona prejuízo à economia de escala, tampouco compromete padronização, qualidade ou eficiência do fornecimento pretendido pela Administração Pública Municipal.

10.5. Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente recomendável para presente contratação, observando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e interesse público.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, especialmente quanto à manutenção da frota municipal utilizada no suporte às atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pelo Município de Borba/AM.

11.2. Embora o Município de Borba/AM ainda não possua formalmente instituído o Plano Anual de Contratações – PCA, a presente demanda encontra-se prevista no planejamento interno da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, considerando a necessidade contínua de abastecimento e manutenção da frota municipal.

11.3. A contratação também se encontra alinhada aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, economicidade e interesse público, assegurando regularidade no funcionamento das atividades institucionais da Administração Pública Municipal.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP do Município de Borba/AM.

12.2. Com a futura contratação pretende-se garantir abastecimento contínuo da frota municipal utilizada no deslocamento de servidores, apoio logístico às secretarias municipais, acompanhamento das ações governamentais, fiscalização administrativa e execução das atividades operacionais da Administração Pública Municipal.

12.3. Pretende-se também assegurar funcionamento adequado dos veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, garantindo continuidade das atividades institucionais desenvolvidas pelo Município.

12.4. A contratação contribuirá diretamente para redução de paralisações da frota municipal,

melhoria das condições operacionais dos equipamentos públicos, redução de custos com manutenções corretivas emergenciais e fortalecimento das atividades administrativas desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

12.5. Busca-se ainda proporcionar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, controle administrativo do consumo, economicidade na gestão contratual e continuidade regular dos serviços públicos executados pelo Município de Borba/AM.

12.6. Os resultados pretendidos também envolvem fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, melhoria da logística administrativa municipal e garantia de suporte adequado às atividades institucionais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

### **13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

13.1. Não se identificam providências prévias relevantes a serem adotadas pela Administração Pública Municipal antes da formalização da contratação pretendida.

13.2. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP já dispõe de estrutura administrativa e operacional necessária para acompanhamento, fiscalização e execução contratual do objeto pretendido.

13.3. A contratação será acompanhada por servidor formalmente designado pela Administração Pública Municipal, responsável pela fiscalização do fornecimento, acompanhamento da execução contratual e controle administrativo dos quantitativos utilizados.

### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES**

14.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes necessárias para execução integral do objeto da presente contratação.

14.2. O fornecimento pretendido possui autonomia operacional e administrativa, podendo ser executado independentemente de outras contratações realizadas pela Administração Pública Municipal.

### **15. IMPACTOS AMBIENTAIS**

15.1. Considerando a natureza do objeto pretendido, a futura contratação deverá observar integralmente as normas ambientais aplicáveis ao fornecimento, armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, lubrificantes, fluidos, graxas e derivados de petróleo.

15.2. A contratada deverá possuir todas as licenças ambientais, autorizações e regularizações exigidas pelos órgãos competentes para exercício regular da atividade econômica relacionada ao objeto da contratação.



15.3. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas, ambientais e de segurança estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais órgãos reguladores competentes.

15.4. A Administração Pública Municipal adotará medidas de fiscalização e controle visando assegurar que o fornecimento ocorra em conformidade com as exigências ambientais aplicáveis, reduzindo riscos de danos ambientais decorrentes da execução contratual.

## **16. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

16.1. A presente contratação mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, financeiro e administrativo, considerando a essencialidade do objeto para manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP do Município de Borba/AM.

16.2. A viabilidade técnica encontra-se demonstrada pela existência de empresas especializadas no ramo aptas a fornecer os produtos pretendidos, bem como pela compatibilidade dos insumos com os veículos, embarcações, máquinas, motores e equipamentos utilizados pela Administração Pública Municipal.

16.3. A viabilidade operacional decorre da necessidade contínua de abastecimento da frota municipal, indispensável para garantia das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

16.4. A viabilidade econômica encontra-se demonstrada mediante levantamento de mercado realizado pela Administração Pública Municipal, evidenciando compatibilidade dos preços praticados com a realidade mercadológica e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa mediante realização de Pregão Eletrônico.

16.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui diretamente para viabilidade administrativa da contratação, permitindo maior controle do consumo, flexibilidade contratual, economicidade e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente fornecidos.

16.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada, conveniente e plenamente viável para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP do Município de Borba/AM.

## **17. CONCLUSÃO**

17.1. Diante do exposto, conclui-se que o presente Estudo Técnico Preliminar demonstra adequadamente a necessidade da futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos e derivados de petróleo, destinados ao abastecimento e manutenção da frota de veículos, embarcações, máquinas, motores e



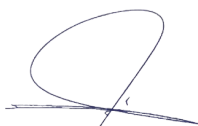
equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP durante o exercício de 2026.

17.2. O estudo realizado evidencia que a solução proposta mostra-se técnica e economicamente viável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, competitividade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Conclui-se ainda que a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

17.4. Dessa forma, opina-se pelo prosseguimento do procedimento administrativo e adoção das providências necessárias para realização da contratação pretendida, observando integralmente as disposições previstas na legislação aplicável.

Borba/AM, 15 de maio de 2026



---

**CLEUDER MODA DE SOUZA**  
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

**Prefeitura de Municipal de Borba**

**Comissão Permanente de Contratação**

**Pregão Eletrônico nº 007/2026 - SRP Nº 009/2026**

Vimos através deste, apresentar **PROPOSTA COMERCIAL**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 007/2026 - SRP Nº 009/2026**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, nos termos seguintes:

<b>DADOS DA EMPRESA</b>					
Razão Social:					
Nome Fantasia:					
CNPJ/MF nº:		Inscrição Estadual nº:		Inscrição Municipal nº:	
Endereço:	Nº :	Bairro:	CEP :	Cidade:	UF :
Telefone nº:	E-mail:			Celular:	

<b>DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL</b>					
Representante Legal:		CPF/MF nº:		RG nº:	Contato nº:
Estado Civil:	Qualificação:		E-mail:		Celular:
Endereço:	Nº :	Bairro:	CEP:	Cidade:	UF :
<b>DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA</b>					
Banco:		Agência:		Conta Corrente:	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0						
1						
0						
2						
0						
3						
<b>TOTAL</b>						

1. Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento do objeto.

2. **PRAZO E FORMA DE ENTREGA:** A empresa entregará o bem no Município de Borba no prazo de máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

3. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Conforme registrado no Edital e Ata de Registro.

4. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da mesma, observando o disposto art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
5. **DECLARO**, sob as penas da lei, que esta empresa possui totais condições para as exigências desta licitação.
6. **DECLARO** que os bens constantes da proposta comercial ofertada, atendem fielmente as Especificações Técnicas constantes do Termo de Referência.

Atenciosamente,

..... de ..... de 2026.

---

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador

**OBSERVAÇÃO:**

- Emitir em papel que identifique a licitante.

**ANEXO III**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**(Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP Nº. 009/2026**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 007/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2026**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2026, o MUNICÍPIO DE BORBA/AM, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Av. 13 de Maio, nº 108, Centro, Município de Borba/AM, CEP: 69.200-000, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação, Senhor PAULO ANTÔNIO DE PAULA DA CRUZ, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR.

**DETENTORAS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

1. RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda, S.A, ME etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

2. RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda, S.A, ME etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO acima referenciado, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital, e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do Pregão Eletrônico nº. 007/2026, SRP nº 009/2026, realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

#### DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de XXX de XXX de 2026, do qual passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Objeto desta Ata é registro de preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2 O Município e suas secretarias não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2 A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2.1 A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº. 007/2026 - SRP nº 009/2026, terá seu extrato publicado no site oficial do município, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

2.2.3 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO



3.1 Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, mediante a assinatura e publicação de adesão a Ata de Registro de Preços, no prazo imediato, mediante apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2 Os serviços deverão ser executados a partir da assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3 A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente aos serviços executados, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Ordens de Serviços emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento dos serviços seja atendida todas as especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

4.2 O prazo para a efetivação do pagamento referente ao(s) serviços(s) solicitado e devidamente executados será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) Ordem de Serviços e demais documentação necessária, de acordo com o Termo de Referência, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5 Os preços registrados são os seguintes:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.2 Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

5.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4 Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1. Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista no art. 156º incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.6 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

5.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: a) Por razão de interesse público; ou

- b) A pedido do fornecedor.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1 Nos valores registrados quanto aos serviços a serem executados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

7.2 Da Fornecedor/Beneficiária:

- a) Executar com pontualidade os serviços solicitados conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Ata;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- f) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço.

7.2.1. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.

7.2.2. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

7.3 Do Órgão Gerenciador e as Secretarias Municipais:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir requisição dos serviços a serem executados.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

8.1.1. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;

g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;

h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

8.1.2. Pela Detentora quando:

a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

8.1.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município.

8.2 A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

8.3 Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

8.4 Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

8.5 A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

8.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

9.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão

Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2 Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

9.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

9.4 As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

9.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

9.6 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Contratada as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº. 034/2023.

10.1.1. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito, para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

10.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1 O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAP.

11.2 São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata.
- g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos/serviços, através de Servidor designado para tal.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.



### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO FORO

13.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Borba/Am, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Borba, Amazonas, XXX de XXX de 2026

.....  
CONTRATANTE

.....  
EMPRESA DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHA 1:

Nome:

CPF:

ASSINATURA

TESTEMUNHA 2:

Nome:

CPF:

ASSINATURA

## ANEXO IV

### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026

### AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SRP, QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE BORBA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do (a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA**, com sede na AV. 13 MAIO, BAIRRO CENTRO, CEP 69.200.000, BORBA-AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.477.568/0001-59, neste ato representado(a) pelo(a) **RAIMUNDO SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE BORBA/AM**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ e Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor), residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no processo nº 047/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 0023/2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº. 007/2026 (SRP nº 009/2026)*, cujo Aviso da Licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas (DOM) edição \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, BEM COMO GÁS LIQUEFEITO DE

PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ALÉM DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BORBA/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

1.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.2 A Administração não terá qualquer responsabilidade pelos atos, omissões ou inadimplementos da Contratada ou de seus subcontratados, incluindo, mas não se limitando a, pagamento de salários, encargos sociais, tributos e indenizações.

4.1.3 A Contratada responderá integralmente por quaisquer danos, prejuízos ou responsabilidades decorrentes da execução do contrato, inclusive em caso de subcontratação, não cabendo à Administração qualquer obrigação de indenização ou ressarcimento.

4.1.4 É expressamente vedado à Contratada e aos subcontratados:

- Praticar atos ilícitos, fraudes ou condutas que violem a legislação vigente;
- Ceder ou transferir o contrato a terceiros sem prévia autorização da Administração;
- Utilizar mão de obra irregular ou em desacordo com normas trabalhistas e de segurança

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxx).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, devidamente atestado pela Administração, nos termos deste contrato e do Termo de Referência, devendo ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a execução dos serviços, por meio do canal eletrônico indicado pela Administração para processamento do pagamento.

6.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.8.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.9. A Contratada deverá protocolar a nota Fiscal/Fatura referente aos serviços prestados no Prefeitura Municipal de Borba/AM.

6.10. O envio deverá ocorrer até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente à prestação do serviço, acompanhado de todos os documentos exigidos para a comprovação da execução conforme cláusulas do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- d) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- e) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;  
Cientificar o órgão de representação judicial da Administração Pública Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- f) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- g) A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- h) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- i) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - I. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - II. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - III. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - IV. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- f) Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- g) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- h) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- i) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- j) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- n) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- o) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- p) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- q) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- r) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- s) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- t) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- v) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- x) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- w) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- z) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- a.1) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- a.2) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.4. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo

nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos na dotação abaixo discriminada:

- Fonte de recursos: [...];
- Programa de trabalho: [...];
- Elemento de despesa: [...];

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Borba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E PREVALÊNCIA**

18.1. As informações essenciais deste contrato, incluindo objeto, prazo de vigência, valor, forma de pagamento, reajuste, responsabilidade, subcontratação, obrigações da Contratada e da Administração, bem como quaisquer disposições específicas acordadas entre as partes, constam expressamente nesta minuta e prevalecerão sobre qualquer outra informação verbal, documento ou proposta anterior, garantindo a segurança jurídica e a interpretação uniforme deste contrato.

18.2. Em caso de divergência entre as cláusulas deste contrato e quaisquer documentos anexos ou complementares, prevalecerá o disposto no presente instrumento, salvo quando expressamente indicado em contrário por aditivo ou termo de referência formalmente aprovado.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

19.1. A Administração, nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133/2021, poderá, a qualquer tempo, fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, adotando medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações pela Contratada, incluindo, mas não se limitando a:

- Determinar a suspensão temporária da execução do objeto, quando houver necessidade de verificação, segurança ou interesse público;
- Exigir a substituição de pessoal, equipamentos ou metodologia, caso não atendam às exigências do contrato;
- Aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento contratual, conforme previsto na legislação vigente;
- Realizar inspeções e auditorias, inclusive com acesso a documentos, registros e locais de execução do serviço;
- Receber os serviços prestados e rejeitar aqueles que não estejam em conformidade com o objeto contratado.

19.2. A Contratada deverá acatar todas as determinações da Administração no exercício de suas prerrogativas, sem prejuízo de eventual recurso administrativo cabível, mantendo o pleno cumprimento das obrigações contratuais.

Borba/AM, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA**

Raimundo Santana De Freitas  
Contratante

**EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CNPJ nº XXXXXXXXXXX-XX  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
CPF



## ANEXO V

### **Modelo - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF/88**

A (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº ..., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de nº ... e do CPF/MF nº ..., DECLARA, para os fins do disposto no inciso V, do artigo 14, inc. VI da Lei nº 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, apenas na condição de aprendiz.

..., ... de ... de 2026

Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal

Carimbo de Identificação CNPJ

## ANEXO VI

### Modelo - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE

A (razão social da empresa), CNPJ nº..., localizada à... (colocar endereço completo), neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, registrado(a) sob o CPF nº \_\_\_\_\_ e Documento de Identificação nº \_\_\_\_\_, Sócio(a) \_\_\_\_\_ (proprietário/ administrador/ diretor/ representante legal/ etc.), conforme ato constitutivo da empresa, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pelo Contrato Social, DECLARA que no quadro social da entidade não há integrante que tenha Conflito de Interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

..., ... de ... de 2026.

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal

Carimbo de Identificação CNPJ

Obs: Esta declaração deverá ser apresentada junto ao credenciamento, fora dos envelopes de proposta de preços e de documentos de habilitação.

## ANEXO VII

### **Modelo – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES IMPEDITIVAS E INIDONEIDADE**

A licitante \_\_\_\_\_, empresa estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por seu \_\_\_\_\_ infra-assinado, DECLARA, para os devidos fins de direito, que não incorre em nenhuma das condições impeditivas; que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público; que não está impedida de contratar com a Administração Pública; que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021; que tem pleno conhecimento do objeto licitado; e que concorda com a minuta de contrato e com as exigências estabelecidas no edital da licitação.

..., ... de ... de 2026.

.....  
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal

Carimbo de Identificação CNPJ

## ANEXO VIII

### Modelo - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS FIÉIS E VERDADEIROS

A Empresa .....inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., DECLARA que para os devidos fins do Pregão Eletrônico nº 007/2026 - SRP nº 009/2026, sob as penas da Lei, que os documentos apresentados no presente procedimento licitatório, são Fiéis e Verdadeiros.

.....de.....de 2026

---

**EMPRESA / REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**